

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO SEGUNDO ROSA LUXEMBURG

Tatiana de Macedo Soares Rotolo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre em filosofia.

Orientadora: Profa. Dra. Olgária Chain Ferez Matos

SÃO PAULO
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO SEGUNDO ROSA LUXEMBURG

Tatiana de Macedo Soares Rotolo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Departamento de Filosofia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre em filosofia.

Orientadora: Profa. Dra. Olgária Chain Ferez Matos

SÃO PAULO
2006

Agradecimentos

Agradeço a Claudia, por sempre ter sido uma grande companheira.

A Marco, por toda ajuda que me deu.

A Morris, que sem seu amor e compreensão este trabalho não seria realizado.

A Tomás, por ser minha força e inspiração.

A Isabel Loureiro, pela ajuda imensurável.

A Olgária, pela chance que me foi dada.

A Silvinho, pelos inúmeros galhos quebrados.

A todos aqueles, que de alguma forma, me ajudaram a terminar este trabalho.

RESUMO

Este trabalho procura entender o significado do socialismo democrático de Rosa Luxemburg, partindo da premissa de que esta autora se vale de uma perspectiva muito particular da idéia de democracia. Para ela, este regime deve fazer parte da sociedade socialista, porém diferindo muito da democracia liberal das sociedades burguesas. A democracia buscada por Rosa é aquela em que cada cidadão tome parte nas decisões políticas do modo mais direto possível, isto é, uma proposta que se aproxima muito das formas autogestionadas de poder. Só assim seria possível pensar o socialismo como um sistema que ao mesmo tempo eliminasse a sociedade de classes e da exploração burguesa, sem que para isso se utilizasse do terror. Assim, Rosa Luxemburg valoriza a ação espontânea de massas como o melhor caminho para a revolução socialista, opondo-se a qualquer concepção que entenda a revolução por uma fórmula predeterminada por um grupo de revolucionários. Segundo Luxemburg, a revolução só pode ser produto de um projeto coletivo e popular, em que a massa, nas mais variadas experiências, cria por si mesma uma forma política capaz de atender seus desejos e necessidades. Nesse sentido, os conselhos, especialmente os conselhos de operários e soldados (COS), criados espontaneamente pelos trabalhadores alemães durante a Revolução Alemã de 1918, testemunhados por Rosa, são entendidos como a encarnação das suas idéias de democracia e revolução, sendo, portanto, considerados como um caminho para a revolução socialista.

ABSTRACT

This work aims to elucidate the meaning of social democracy in the Rosa Luxemburg thought, considering that the author has a singular perspective about the idea of democracy. For her, this regime should be part of a socialist society, nevertheless, differing from the liberal democracy of bourgeois society. The democracy which Rosa seeks is that where every citizen participates as directly as possible in political decision-making. This proposal therefore approximates a form of self-gestated power. Only in this way would it be possible to think of socialism as a system that simultaneously eliminates the society of classes and bourgeois exploitation without the use of terror. Thus, Rosa Luxemburg valorizes the spontaneous action of the masses as the best way of achieving socialist revolution, opposing any conception that understands revolution as a formula predetermined by a group of revolutionaries. According to Luxemburg, revolution can only be the product of a collective and popular project in which the masses, in a variety of experiences, create a political form capable of fulfilling their desires and necessities. Thus, the councils, especially those of laborers and soldiers councils (COS), created spontaneously by the German workers during the German Revolution of 1918, witnessed by Rosa, are understood as the incarnation of her ideas of democracy and revolution, being therefore considered as a means of achieving socialist revolution.

PALAVRAS CHAVE/ KEY- WORDS

Revolução- Socialismo- Marxismo- Política-Democracia
Revolution- Socialism- Marxism-Politics- Democracy

SUMÁRIO

ÍNDICE.....	6
RESUMO.....	2
ABSTRACT.....	3
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: Rosa Luxemburg: marxismo, ação de massas e democracia....	13
CAPÍTULO II: Conselhos operários e socialismo.....	36
CAPÍTULO III: Organização e Revolução.....	56
EPÍLOGO.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82

ÍNDICE

I. Introdução.....	8
II. Capítulo I : Rosa Luxemburg: marxismo, ação de massas e democracia.....	13
III. Capítulo II: Conselhos operários e socialismo.....	36
IV. Capítulo III: Organização e Revolução.....	56
V. Epílogo.....	75
VI. Referências Bibliográficas.....	82

As massas devem aprender a exercer o poder no próprio exercício do poder; não existe nenhuma outra forma de lhes ensinar essa arte.

Rosa Luxemburg

O marxismo contém dois elementos essenciais: o elemento de análise, da crítica, e o da vontade ativa da classe operária. Quem utiliza somente a análise não representa o marxismo, mas uma miserável paródia dessa doutrina.

Rosa Luxemburg

A humanidade de nossa sociedade também poderá ser medida pelo grau em que honramos a herança de Rosa Luxemburg.

Walter Jens, 1988

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, procuramos abordar o pensamento político de Rosa Luxemburg à luz de uma idéia fundamental: a democracia. Ou seja, analisamos a maneira como essa autora concilia suas idéias acerca da revolução e do socialismo ao mesmo tempo que se opõe a qualquer tipo de opressão ou regime de submissão. Procuramos entender o pensamento de Rosa através do seu olhar democrático acerca da revolução e do socialismo. Esta característica está embutida no modo pelo qual Rosa via o mundo, e é um valor que atravessa suas idéias políticas como um todo. A democracia é, portanto, além de uma convicção política de Rosa Luxemburg, uma característica de seu espírito.

No entanto, é preciso lembrar que democracia de acordo com suas idéias não significa necessariamente o modelo democrático liberal das sociedades burguesas. Embora a democracia liberal, baseada no parlamento e nas eleições regulares, tivesse um valor para Rosa, ela não era imune às críticas de nossa autora, por ser uma democracia limitada. Rosa acreditava nesta forma de democracia somente como oportunidade temporária de aliviar o sofrimento da classe trabalhadora, garantido-lhe direitos e participação política. Porém, para nossa autora, essa democracia tem limites que refletem os limites de uma sociedade de classes, não podendo, portanto, ser considerada o melhor caminho para a realização do socialismo, como os reformistas de sua época viam as lutas parlamentares.

A democracia para Rosa tinha um significado substancial, não podendo ser reduzida somente a um mero valor tático. Ou seja, a democracia não pode ser encarada como um meio de luta, mas como um valor presente tanto nos caminhos da luta como no objetivo final, o socialismo.

Segundo a perspectiva de Luxemburg, é democrático o regime que permite a participação direta de cada cidadão nas decisões políticas. Ela vislumbrava uma democracia em que cada indivíduo fosse capaz de decidir sobre si e sobre os outros, da maneira mais participativa possível, nem que, para isto, fosse necessário derrubar antigas instituições e constituir novas em seu lugar. É uma democracia que busca a autonomia e com isso a emancipação humana, este sim o significado de socialismo para nossa autora.

Para ela, uma nova sociedade carrega em si novas exigências. Se o socialismo se colocava como o contraponto da exploração, supressão de direitos, exclusão, opressão e tudo mais que representava a barbárie capitalista, então ele não poderia herdar nenhum desses valores. Assim, era preciso permitir que as camadas populares expressassem sua vontade e criassem elas mesmas os caminhos para o futuro.

Portanto, as formas revolucionárias que surgiam a partir das múltiplas experiências da massa eram fundamentais para Rosa. A revolução só podia existir como um projeto coletivo e maciçamente popular, e não como um projeto de um grupo para o restante da sociedade. Nesse sentido, Rosa se opõe à burocratização e à definição prévia da ação revolucionária. A revolução, para ela, é um processo democrático, decidida pela vontade da maioria da massa popular.

Assim, neste trabalho, apresentamos as idéias de Rosa Luxemburg em que esta visão democrática do socialismo e da revolução aparece de modo mais efetivo. Não se trata, portanto, de uma biografia política, nem nos ocupamos de suas idéias sobre economia política. Também não abordamos essas idéias segundo a ordem cronológica dos textos. Ao contrário, elas vão sendo incorporadas à medida em que os temas são discutidos, sem que haja uma abordagem temporal do desenvolvimento do pensamento político de Luxemburg.

Além disso, trabalhar os textos políticos de Rosa é tarefa difícil. Nesta autora, a vida pessoal, sua atuação como militante e a conjuntura do momento são parte do cenário em que se desenvolvem suas idéias políticas. Seus textos são panfletos, artigos de jornais, discursos e cartas, cujo conteúdo deixa transparecer, além de uma revolucionária fervorosa, uma mulher profundamente sensível e humana. Há, portanto, nos textos de Rosa inúmeras referências aos fatos que estavam acontecendo. Por isso, em muitos momentos nos vimos chamados também a compreender o período histórico em que ela vivia, especialmente a Revolução Alemã, em que Rosa vê nos conselhos de operários e soldados a materialização de suas idéias sobre a sociedade socialista. Desse modo, a história também faz parte deste trabalho. Porém não de modo direto, isto é, a descrição dos acontecimentos ocorre quando é necessário compreender as referências mencionadas por Rosa nos seus textos.

Com isso, organizamos este trabalho do seguinte modo: no primeiro capítulo buscamos compreender o marxismo de Rosa Luxemburg, ou seja, reafirmar a convicção de nossa autora no socialismo, a fim de afastá-la da falsa interpretação que lhe é dada de não marxista por sua defesa dos ideais democráticos, como fez Hannah Arendt. Ao tratarmos deste tema, faremos referência ao determinismo de Rosa em relação à idéia de revolução, o qual lhe conferia certo dogmatismo teórico. Porém, como ressalta Loureiro, este dogmatismo é “matizado por uma defesa apaixonada da ação espontânea das massas populares”¹.

A greve de massas, presenciada por Rosa na Revolução Russa de 1905, da qual participou intensamente, teve forte impacto na sua concepção de revolução. Para ela, as greves imensas que eclodiam na Rússia eram a expressão do poder decisivo da ação revolucionária espontânea, que surge para além das determinações das organizações.

Segundo Rosa, a ação espontânea de massas era a fonte de vida das revoluções. Isto é, a revolução não deve ser decidida por um grupo de revolucionários, nem pode ser fruto de deliberação prévia segundo um modelo predeterminado. A revolução só pode surgir como desejo coletivo das amplas massas populares, as quais criam elas próprias os meios de se expressarem. Nesse sentido, o socialismo para Rosa deve ser uma criação popular, em que as massas participam amplamente do exercício do poder.

Disso decorre a idéia de Rosa de revolução como processo democrático. Sendo a democracia entendida mais sob o viés da autogestão que da democracia representativa, ganhando em Rosa Luxemburg um novo significado, de conteúdo mais social. É uma visão de democracia baseada na massa popular que toma as decisões através de mecanismos políticos desenvolvidos por ela mesma. Uma democracia radical e não uma democracia liberal, que opera segundo mecanismos de exclusão.

Temos, então, o segundo capítulo deste trabalho. A criação dos conselhos de operários e soldados (COS) durante a Revolução Alemã proporcionou a Rosa uma visão mais clara do que poderia vir a ser a sociedade socialista segundo suas concepções. Para ela, esses conselhos representavam,

¹Loureiro, 2004, p. 39.

naquele momento, a via revolucionária na Alemanha. A revolução socialista, de acordo com a fórmula encontrada pela Revolução Alemã, era o mesmo que república conselhistas, segundo a óptica de Rosa. Os conselhos alemães encarnaram o ideal de socialismo de Rosa durante a sua vida. Eles eram capazes de criar as bases produtivas, políticas e sociais da nova sociedade.

Porém, a proposta socialista para a Revolução Alemã, como sabemos, não foi vitoriosa. Esta derrota deixou marcas profundas no socialismo. Ela representou, além da derrota dos socialistas alemães com o assassinato de seus principais líderes, entre eles Rosa Luxemburg, o fim do movimento dos conselhos.

Devemos considerar, no entanto, os meandros do movimento dos conselhos. Na realidade, este movimento era bem menos revolucionário do que se apresentava, e seu apoio ao Partido Social-democrata Alemão (SPD) é a confirmação da tendência legalista e republicana. No entanto, os conselhos eram para Rosa a materialização de uma proposta viável para o socialismo, a qual ela vinha defendendo e que ela ainda não tinha tido a oportunidade de ver se concretizar.

Os conselhos, porém, não podem ser vistos como uma proposta definitiva para o socialismo. Rosa sempre defendeu que para este não havia propostas definitivas. Os conselhos eram, então, o que ela em vida testemunhou de mais próximo das suas convicções. Eles representavam o ideal democrático de Rosa funcionando. Eram uma forma revolucionária, criada pela ação espontânea dos trabalhadores alemães, e operavam de tal modo que eram capazes de envolver a massa na administração dos negócios públicos de maneira direta.

Por último, no terceiro capítulo deste trabalho, procuramos abordar a questão das organizações para Rosa. Não podemos imaginar que ela, defendendo a autogestão no exercício do poder, tenha abandonado sua convicção no marxismo e aderido a uma proposta anarquista. Ela tinha, ao contrário do que muitos imaginam, uma idéia de como deveria ser o partido e as organizações trabalhadoras, mas essas idéias seguiam a lógica de sua concepção democrática de socialismo.

Para Luxemburg, o partido atuava ao lado da massa, seguindo as determinações desta. Nunca o contrário. Ela se opunha às concepções

centralistas de partido, criando polêmica com Lênin. O partido tinha uma função específica para Rosa: a de agitador político. Com isso, o poder de decisão da massa acerca das táticas e dos caminhos a seguir era maior. E o partido tinha como uma de suas tarefas fomentar o debate público.

A ação espontânea era o centro da revolução, e, nesse sentido, para Luxemburg, não poderia haver respostas prontas para problemas que surgem ao longo do processo revolucionário. A revolução não podia ser elaborada previamente, nem ser a aplicação mecânica de um modelo pré-formulado. Além disso, uma revolução fabricada, desenvolvida por ideólogos, é um modelo imposto. Com isso, a revolução deixa de ser produto coletivo para ser produto de um grupo, o que leva tanto a formas conspiratórias de ação como à opressão da maioria por esse pequeno grupo. Para Rosa, é melhor uma revolução fracassada do que uma revolução deturpada.

E, ainda segundo Luxemburg, a emancipação social trazida pelo socialismo só pode vir como projeto coletivo e popular. É no movimento que as massas adquirem consciência de classe, por isso é tão importante a ação revolucionária. Nesse processo, porém, é preciso resguardar as liberdades democráticas, para que o movimento revolucionário não se transforme em um regime de terror. Daí advêm as críticas de Luxemburg à Revolução Russa de 1917.

O cerne do pensamento democrático e revolucionário de Rosa é a ação espontânea das massas. Delegar a elas o poder de decidir o próprio futuro é a chave para se construir uma sociedade capaz de suprir a demanda popular. Nesse aspecto o pensamento de Rosa é muito atual. Esta é uma reivindicação de muitos movimentos sociais de hoje.

Por fim, compreender o legado deixado por Rosa é também fazer uma interface com os dilemas contemporâneos da esquerda. Por isso, estudá-la atualmente é não só resgatar um clássico do pensamento marxista, mas também entender em que medida as suas idéias, desenvolvidas há pouco menos de um século, ainda podem ser chaves para solucionarmos nossos próprios questionamentos.

CAPÍTULO I. Rosa Luxemburg: marxismo, ação de massas e democracia

Rosa Luxemburg foi, como escreveu Mehring, “o cérebro mais genial entre os herdeiros científicos de Marx e Engels”². Sua compreensão do marxismo é bem peculiar, e vai de encontro ao pensamento de seus companheiros de luta. As idéias de Luxemburg acerca da práxis política, bem como sua concepção de socialismo e sua militância fazem dela uma figura fundamental na história do marxismo.

Porém, há quem questione se Rosa Luxemburg era mesmo marxista. Para Hannah Arendt, ela não era uma marxista ortodoxa, “e de fato tão pouco ortodoxa que até se pode perguntar se, afinal, era marxista”³.

Ainda segundo Arendt, o comprometimento de Rosa com a revolução “era basicamente uma questão moral, e isso significava permanecer apaixonadamente engajada na vida pública, nos assuntos civis e nos destinos do mundo”⁴.

Essas afirmações de Arendt são, no entanto, bastante arriscadas. Embora tanto ela como Rosa sejam pensadoras que se erigiram contra o autoritarismo e o burocratismo que levam ao imobilismo, causando a inércia da vida pública, seus princípios e principalmente seus objetivos são bem distintos. Ambas concordam com a idéia de que é pior uma “revolução deformada que uma revolução fracassada”⁵. Porém, para Rosa, a revolução está longe de ser apenas uma questão moral, como pensa Arendt. A revolução é o centro do seu pensamento.

Segundo Lelio Basso, “o problema central de Rosa Luxemburg, o problema em torno do qual gira a sua obra teórica e também a sua atividade prática, é o problema da revolução”⁶. A obra de Luxemburg é um reencontro com o espírito revolucionário de Marx⁷. Defender a revolução, no entanto, não

²Basso, 1976, p. 10.

³Arendt, 1987, p. 41.

⁴Idem, p. 52.

⁵Idem, p. 54.

⁶Basso, 1976, p. 12.

⁷ Se para Rosa o problema central da sua obra teórica era a questão da revolução, para Marx este problema foi o Sol em torno do qual giravam as suas indagações. É certo que Marx contribui de maneira

significa fazê-lo a qualquer custo. Sem vida pública, sem o debate constante, sem a participação da grande massa oprimida, a revolução está fadada ao fracasso. O marxismo de Rosa não é um marxismo estritamente mecanicista, embora a história tenha para ela um sentido bem determinado, o da superação do capitalismo pela revolução socialista. Seu diferencial está na premissa de que essa revolução depende da participação ativa de seus atores, o que lhe confere um caráter democrático distinto de seus contemporâneos.

Assim, a afirmação de Arendt questionando o marxismo de Rosa advém mais de suas próprias convicções do que das idéias desta última. Segundo Storlokken, a compreensão de Rosa Luxemburg como uma não marxista é fruto da interpretação que Arendt tem do marxismo.

Arendt retrata a forma luxemburguiana da ação política, precedendo a organização e espontânea, de acordo com sua própria visão da ação política, mas o conceito de Luxemburg parece ser muito mais orientado para fins do que Arendt está disposta a admitir⁸.

Há nas idéias políticas de Rosa uma finalidade histórica, a revolução socialista. No seu entender, a realização desta revolução depende também de outros elementos que não somente a necessidade da história. O seu determinismo histórico é matizado pela compreensão de que, sem a ação ativa das massas, a revolução não pode cumprir o seu destino e o resultado disso pode ser a guerra, a tirania ou a opressão. Arendt, ao fazer sua interpretação de

essencial para o desenvolvimento dessa questão, mas a solução para esse problema permaneceu como uma dívida que ele deixou para a posteridade. O fato é que, tanto no pensamento político como no pensamento econômico de Marx, o problema da revolução permanece como um dos pontos-chave (Anderson, 1989, p. 16), ou seja, a realização da revolução socialista figura a finalidade para Marx. Apesar do peso fundamental das idéias que desenvolveu, podemos dizer que ele deixou uma sofisticada teoria econômica do capitalismo, mas sua teoria política não está à altura desta. Isto é, suas idéias “sobre a estrutura do Estado burguês ou sobre as estratégias e táticas de uma luta socialista revolucionária para a derrubada deste Estado por um partido operário” (Idem, p. 17) não encontravam o mesmo nível de formulação teórica que suas idéias sobre economia do modo de produção capitalista. Em parte, isto ocorreu devido à própria natureza da questão: a relação objetiva entre “classe” e “ciência” sempre foi um tema espinhoso para o pensamento filosófico ou sociológico, permanecendo como uma lacuna até os dias atuais. Por outra parte, isto aconteceu porque, segundo Anderson, “Marx não poderia caminhar mais rapidamente que o ritmo histórico real das massas na invenção de seus próprios instrumentos e modalidades de auto-emancipação” (Idem, *ibidem*). Ou seja, as questões políticas ficaram mais a cargo de Engels (que após a morte de Marx dedicou-se com mais força a elas) e das gerações posteriores.

⁸Storlokken, 2006, p. 120.

Luxemburg, acentua este aspecto e dilui a relação entre a ação política e a finalidade a ser cumprida, a revolução socialista. Para Storlokken⁹,

A visão revolucionária de Luxemburg contém um conceito de ação política que compreende a ação não apenas numa perspectiva meios-fins, mas que dá igualmente espaço ao espontâneo e imprevisível, e em que as pessoas devem aprender com as experiências que emergem das ações políticas no processo revolucionário. No entanto, Luxemburg não se afastou completamente do processo histórico de Marx a ponto de as condições econômicas terem perdido inteiramente sentido no processo revolucionário. Para Rosa Luxemburg, o objetivo ainda é o socialismo, e não, primordialmente o republicanismo de Arendt. Luxemburg queria algo mais que Arendt, sendo este um fato que esta parece não ver ao interpretar a concepção luxemburguiana de revolução.

A interpretação de Arendt, portanto, é muito mais orientada às suas concepções e objetivos que àqueles de Rosa Luxemburg. Porém não podemos negar que há entre elas alguns pontos coincidentes.

Segundo Luxemburg e Arendt, a questão da revolução não era apenas relativa a como queremos organizar as coisas no futuro do ponto de vista político, econômico, social e existencial, mas em grande medida era uma questão acerca da possibilidade da sobrevivência cultural da humanidade enquanto tal¹⁰.

A ação política é, tanto para Rosa como para Arendt, o meio capaz de evitar a queda da humanidade na barbárie e de deter as tendências totalitárias. Porém, Rosa Luxemburg nunca deixou de ter em seu horizonte a revolução socialista como meta final, e nesse sentido ela e Arendt são muito diferentes.

Em seu texto *Reforma ou Revolução?*, que marca sua estréia como membro do Partido Social-democrata Alemão (SPD)¹¹, Rosa faz uma

⁹ Idem, p. 119-120.

¹⁰ Idem, p. 124.

¹¹ O SPD teve forte influência nas idéias políticas de Rosa. Grande parte dos seus escritos políticos se endereçava, direta ou indiretamente, às posições do partido. O início da carreira de Rosa dentro do SPD, no fim do século XIX, coincide com o período de crescimento acentuado do partido. O número de votos nas eleições legislativas vinha aumentando progressivamente, fazendo que o partido tivesse uma bancada parlamentar significativa. Além do forte apoio nas urnas, o SPD contava também com uma estrutura organizacional inédita num partido socialista. Possuía periódicos diários, sendo o principal deles o *Vorwärts*, contava com diretórios espalhados pelo país, além de congressos anuais que ocorriam de

veemente defesa da revolução contra o revisionismo¹² de Bernstein. Ela escreve¹³:

As relações de produção da sociedade capitalista aproximam-se cada vez mais das relações de produção da sociedade socialista, mas, inversamente, as relações políticas e jurídicas estabelecem entre a sociedade capitalista e a socialista um muro cada vez mais alto. Muro este que não é arrasado, antes, porém, reforçado, consolidado pelo desenvolvimento das reformas sociais e da democracia. Por conseguinte, é somente o *martelo da revolução* que poderá abatê-lo, isto é, a conquista do poder político pelo proletariado.

maneira democrática, com delegados eleitos nas bases do partido. Esta organização era fruto da direção, que se dedicava com esmero aos problemas de organização e desenvolvimento organizacional. Para Carone: “A organização e seu aparelho tornaram-se tão importantes para os membros e para aqueles que geriam e exerciam funções, que a sua manutenção e desenvolvimento se sobrepuseram por vezes aos objetivos a que devia servir e às finalidades que a haviam feito nascer” (Carone, 1993, p. 21). Toda esta estrutura organizacional diferenciava o SPD de qualquer outro partido alemão, “que eram meras associações ou grupos de interesse social que advogavam por linhas políticas particulares” (Nettl, 1974, p. 109). Com isso o SPD conseguia conciliar seu objetivo de ser severamente organizado e relativamente democrático (Idem, pp. 109-110). Além disso, o partido aprendeu também a usar todas as possibilidades de luta; “aprendeu a resistir à tentação de cometer atos de violência insensatos; habituou-se à prática da tribuna do parlamento como local de discussões políticas e das eleições como meio de propaganda” (Droz, 1972, p. 41). Todos esses fatores somados transformaram o SPD, na virada do século XIX, na maior organização partidária de trabalhadores já vista até então.

¹² O revisionismo era uma corrente teórica dentro do SPD que foi ganhando força ao longo dos anos. Seu principal teórico era Eduard Bernstein, que em 1889 publicou *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*. Bernstein apresentava uma releitura da teoria de Marx, especialmente no que se refere às idéias deste acerca da falência do capitalismo devido às suas crises internas e à necessidade da revolução socialista. Este tipo de proposta só foi possível a Bernstein porque ele via as mudanças em decorrência do crescimento político do SPD. A esquerda alemã enfrentava naquele momento um fato inédito: os trabalhadores estavam conquistando uma série de demandas trabalhistas graças mais à sua luta sindical e parlamentar do que à luta revolucionária. Direitos como salário mínimo, jornada de trabalho justa (de 8 horas diárias), descanso semanal, férias etc. foram conquistas que se deram mais pelo caminho eleitoral do partido e pelas negociações dos sindicatos do que pela luta revolucionária nas ruas. Assim, propor que a saída possível para o socialismo seria dada pela luta parlamentar e por todas as vias legais não soava como um despropósito. A idéia de uma revolução pacífica, feita através da própria política vigente, não era novidade na Alemanha (já no século XVIII Kant propunha que a república fosse conduzida pelo governante, para evitar a selvageria e o derramamento de sangue, tais como aconteceram na França. Assim um governante bem esclarecido poderia conduzir a nação ao progresso sem os inconvenientes da luta revolucionária). Porém, num partido proletário, que abraçou as propostas de Marx e Engels, e que tinha em seus quadros muitos fiéis seguidores da revolução, esse conjunto de idéias provocou uma enorme controvérsia. O revisionismo encontrou uma grande inserção no partido, provocando a adesão de muitos militantes, mais por sua face prática, isto é, a política reformista, que pelo seu corpo de idéias. Vale lembrar que, segundo Nettl, há uma diferença entre revisionismo, reformismo e oportunismo: “O revisionismo se identificava concretamente com o corpo de especulações criado por Bernstein na revisão da dialética marxista, e reformista era o aspecto mais prático e particular de lograr o socialismo pela reforma e sem revolução. Oportunismo era a versão mais difusa – e também pejorativa – de aproveitar as oportunidades práticas sem consideração nenhuma pelos princípios” (Nettl, 1974, p. 170).

¹³ Luxemburg, 1999, p. 57. Grifo meu.

Todo desenvolvimento das idéias políticas de Rosa antevê o golpe final do *martelo da revolução*. O socialismo para ela estava longe de ser um ideal que pairava somente no plano das idéias. Ao contrário, ele era uma necessidade histórica que orientava as ações da grande massa oprimida como perspectiva final para a ação revolucionária.

Segundo Holloway, Rosa Luxemburg, como os demais marxistas da sua geração, compreende o marxismo como uma “teoria da necessidade objetiva” em primeiro plano, que se complementa com uma compreensão subjetiva em segundo plano¹⁴. Para ele: “Não importa qual seja o peso atribuído ao ‘fator ativo’, o debate gira em torno de como alcançar ‘o objetivo final’ objetivamente determinado”¹⁵. Assim, o objetivo de Rosa Luxemburg para Holloway “é realizar a revolução social por meio da conquista do poder político”¹⁶. A luta de classes é compreendida, portanto, como instrumental. Ele escreve: “A luta não é um processo de auto-emancipação que criaria uma sociedade socialista (qualquer que resulte ser), mas exatamente o oposto: a luta é um instrumento para alcançar um fim preconcebido que não proporcionaria liberdade para todos”¹⁷.

Como veremos adiante, esta afirmação não é válida para Rosa Luxemburg. Para nossa autora, a conquista do poder político é um passo importante, mas não é o passo final. O socialismo depende mais de uma transformação geral da sociedade, reinventando um novo sistema político, econômico, social e também moral para os homens. O fim para Rosa Luxemburg, o qual ela chama de revolução socialista, é a auto-emancipação humana, e esta seria, sim, capaz de proporcionar liberdade para todos.

Porém, não podemos negar o determinismo presente no marxismo de Rosa. E, como marxista, ela acreditava que as contradições que fariam surgir as condições revolucionárias estavam no interior do sistema capitalista. Ela escreve¹⁸:

¹⁴Holloway, 2003, p. 189.

¹⁵Idem. Ibidem.

¹⁶Idem, p. 190.

¹⁷Idem. Ibidem.

¹⁸ Idem, p. 58.

Foi a descoberta de pontos de apoio, nas condições econômicas da sociedade capitalista, para a realização do socialismo, a maior conquista da luta de classe proletária, no curso de seu desenvolvimento. Com isso, transformou-se o socialismo, de “ideal” sonhado pela humanidade há milhares de anos, em necessidade histórica.

Além disso, o horizonte socialista garantia à história o desfecho sempre favorável para a grande massa oprimida, apesar de a perspectiva revolucionária estar, em muitos casos, na contramão da história. Por exemplo, na eclosão da Primeira Guerra Mundial, Rosa assistiu perplexa ao apoio dos trabalhadores alemães aos interesses do grande capital, que decidiram entrar na Guerra, mesmo que este ato significasse seu próprio massacre. Ainda assim, ela insistia na auto-realização da história como revolução socialista. Para ela, mesmo naquele momento em que houve a desagregação do movimento operário, a evasão dos trabalhadores da causa socialista, ela via o horizonte socialista. Ela escreveu no *Folheto Junius*¹⁹: “A classe operária sempre pode olhar a verdade cara a cara, ainda que isto signifique a mais tremenda auto-acusação, porque sua debilidade não foi senão um erro, e as leis inexoráveis da história lhe dão forças e lhe asseguram a vitória final”²⁰.

Ou seja, para Rosa Luxemburg, a realização do socialismo é necessária pois implica a sobrevivência cultural da humanidade. Ele é tão importante porque implica um dilema ético: ou a sociedade se torna socialista e com isso preserva aquilo que a humanidade tem de positivo, isto é, a solidariedade, a liberdade etc., ou a humanidade estará fadada à guerra de todos contra todos. Assim, para Rosa: “O socialismo é nesta hora a única tábua de salvação da humanidade. Sobre as muralhas da sociedade capitalista que desmoronam,

¹⁹ Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, fato que prostrou socialistas do mundo inteiro, principalmente devido à adesão do SPD à guerra, com o apoio concedido pelo partido à aprovação pelo parlamento alemão aos créditos de guerra. Com isso, muitos militantes, entre eles Rosa, passaram a militar incansavelmente, na tentativa de formar um grupo de resistência à guerra. Por causa de suas atividades políticas, Rosa logo foi condenada à prisão, onde passaria praticamente todos os anos da guerra, exceto por alguns períodos esporádicos de liberdade. Na cadeia Rosa redigiu um panfleto intitulado *A Crise da Social-democracia*, ou o *Folheto Junius*. Este foi publicado somente um ano após a sua redação, em 1916. Neste texto, que entrou para o panteão dos textos clássicos do marxismo, Rosa critica ferozmente a posição capituladora da social-democracia internacional. Critica a concepção de “guerra justa” numa era de imperialismo. Além de indicar a divisão da social-democracia alemã, que, em abril de 1917, viria se repartir em dois partidos que se auto-afirmavam representantes da classe trabalhadora alemã, o SPD e o USPD (Partido Social-democrata Independente).

²⁰ Luxemburg, 1988, p. 108a.

brilham, como uma advertência flamejante, as palavras do *Manifesto Comunista: Socialismo ou Barbárie!*²¹.

A história tem, portanto, para Rosa Luxemburg, um sentido bem claro: o do socialismo. Porém, a grande questão colocada por ela era qual socialismo deveria ser implantado. Em outras palavras, se se deseja um mundo sem miséria e opressão, qual caminho e quais valores deveriam estar à frente dessa sociedade inteiramente nova?

Com isso, Rosa parte de uma reflexão sobre as reformas políticas pontuais, que, desde que iniciou sua carreira de militante na Alemanha, estavam ganhando força como opção viável para se construir o socialismo. As reformas, segundo Rosa, não visam à realização da ordem socialista, “mas unicamente à reforma da ordem capitalista, não à supressão do assalariado, mas à diminuição da exploração, em suma, à supressão dos abusos do capitalismo e não do próprio capitalismo”²². A revolução socialista é, para Rosa, o único meio possível de transformação da sociedade²³. Isso não significa, no entanto, que ela recusa de antemão qualquer possibilidade de reforma ou de luta parlamentar. Elas são boas, mas são limitadas, pois operam dentro da ordem social burguesa. Segundo Rosa, “existe para a social-democracia um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim”²⁴.

Por isso, para Rosa é preciso que os trabalhadores tomem as rédeas das decisões políticas. A participação política deles somente em prol das reformas, no modelo de estado burguês, limita a realização do projeto revolucionário. Desse modo, para nossa autora, reforma e revolução não podem se separar. Em outras palavras, segundo Rosa, só pode haver reforma se não se perde o

²¹ Luxemburg, 2004, p. 293.

²² Luxemburg, 1999, p. 97

²³ Segundo Howard, as medidas táticas e práticas de Rosa Luxemburg sempre foram desenvolvidas em situações específicas, mas seus trabalhos teóricos são uma retomada do método de Marx. São, em certa medida, um “entendimento intuitivo da dialética marxiana” (Howard, 1971, p. 11). Para esse autor, a chave da dialética marxiana é a noção de meta final do movimento proletário. O socialismo é, desse modo, uma necessidade. “Esta necessidade de uma meta final produz uma teleologia que faz com que seja possível compreender o presente como um processo” (Idem, p. 12). Sem essa noção, a história aparece como uma série de fatos desconexos. Ele escreve: “A tarefa diária do movimento socialista só faz sentido no interior da perspectiva da revolução, e mais importante, do ponto de vista dialético, a revolução não é apenas resultado de um ato: a tomada do poder político, mas de todos os atos que preparam as condições objetivas e subjetivas da sociedade socialista” (Idem, p. 13). Nesse sentido é que devemos entender as idéias de Rosa Luxemburg acerca da revolução.

²⁴ Idem, p. 17.

horizonte revolucionário no fim, e, nesse sentido, reforma e revolução são partes distintas de um mesmo projeto, são as duas faces da mesma moeda. As reformas fazem parte de um projeto revolucionário maior. Rosa escreve²⁵:

Nas relações políticas, o desenvolvimento da democracia, na medida em que encontra terreno favorável, conduz à participação de todas as camadas populares na vida política e por conseguinte, de certo modo, ao “Estado popular”. Mas isso sob a forma do parlamentarismo burguês, o qual, longe de os suprimir, os antagonismos das classes, a dominação de classe, patenteiam-se, ao contrário, a olhos vistos. É por mover-se o desenvolvimento capitalista através de contradições que o proletariado, para extrair de seu invólucro capitalista a semente da sociedade socialista, deve apossar-se do poder político e suprimir completamente o sistema capitalista.

Porém, devemos ter em mente que as noções de Luxemburg sobre democracia e revolução são bem diferentes da concepção de que tomar o poder político é simplesmente inverter a correlação de forças da sociedade, como se o socialismo fosse a sociedade burguesa de cabeça para baixo. O que faz de Rosa uma autora tão particular é justamente suas idéias políticas serem marcadas de um profundo senso de justiça e de convicções democráticas, que fazem do socialismo de Luxemburg um caso à parte na história do marxismo.

A tomada do poder político é, para Rosa, um processo que depende de inúmeros fatores. Tomar o poder para ela não significa necessariamente se apossar da máquina institucional burguesa, mas é, sobretudo, construir um novo poder, um poder proletário que pode se utilizar das instituições burguesas ou então pode criar seus próprios meios de exercício. A democracia neste processo é fundamental. Segundo Rosa²⁶:

Se para a burguesia a democracia tornou-se supérflua ou mesmo incômoda, é, ao contrário, necessária e indispensável à classe operária. É necessária em primeiro lugar porque cria formas políticas (administração autônoma, direito eleitoral etc.) que servirão de pontos de apoio ao proletariado em seu trabalho de transformação da sociedade burguesa. Em segundo lugar, é indispensável porque só por meio dela, na

²⁵ Luxemburg, 1999, p. 100.

²⁶ Idem, p. 102.

luta pela democracia, no exercício de seus direitos, pode o proletariado chegar à consciência de seus interesses de classe e suas tarefas históricas.

A revolução, para Rosa, necessita de democracia, tal como as plantas precisam de Sol. E, nesse sentido, ela acrescenta um ingrediente novo às suas idéias acerca da revolução: a democracia como pilar principal dos processos revolucionários. Esta, no entanto, é muito diferente da democracia formal burguesa. A democracia para Rosa é aquela ligada ao pleno desenvolvimento do espaço público, isto é, a livre circulação das opiniões, o embate das idéias, o debate público, a liberdade de imprensa, a liberdade de escolha, de consciência, a tolerância às diferenças etc. Esses valores, quando preservados no processo revolucionário, representam um ganho intelectual e cultural para o proletariado.

A democracia burguesa, baseada no parlamento, tem limites que nada mais são que reflexos da sociedade de classes. Ou seja, Rosa não é contra o parlamento em si, mas para ela este opera segundo as relações de dominância do mundo capitalista, e, nesse sentido, a participação popular é parcial. Assim, a luta parlamentar é restrita e falível, pois encontra barreiras que são as próprias barreiras da relação de dominação entre classes. Ela descreve este processo nesta longa passagem²⁷:

Ora, são incontestavelmente as formas democráticas da vida política fenômeno que exprime de modo mais claro a evolução do Estado para a sociedade, constituindo, nesta mesma medida, uma etapa da transformação socialista. Mas o conflito existente no seio do Estado capitalista, e que acabamos de caracterizar, manifesta-se ainda mais claramente no parlamento moderno. Sem dúvida serve o parlamentarismo, por sua forma, a exprimir na organização do Estado os interesses do conjunto da sociedade. Mas, por outro lado, é a sociedade capitalista o que o parlamentarismo exprime aqui, isto é, uma sociedade em que predominam os interesses capitalistas. Por conseguinte, são as instituições democráticas, nesta sociedade, pela forma e pelo conteúdo, simples instrumentos dos interesses da classe dominante. É o que se manifesta de modo tangível no fato de serem as próprias formas democráticas sacrificadas pela burguesia e por sua representação de Estado, do momento em que a democracia tenda a negar o seu caráter de classe e a transformar-se

²⁷ Idem, p. 55-56.

em instrumento dos verdadeiros interesses do povo. Eis porque a idéia da conquista de uma maioria parlamentar aparece como cálculo que está inteiramente dentro do espírito de liberalismo burguês, pois, preocupa-se unicamente com o aspecto formal da democracia, sem ter em conta absolutamente o seu conteúdo real. E o parlamentarismo em conjunto não se apresenta absolutamente como elemento diretamente socialista, penetrando pouco a pouco toda a sociedade capitalista, como supõe Bernstein, mas ao contrário como meio específico do Estado de classe burguês, visando desenvolver e amadurecer os antagonismos capitalistas.

A democracia também fica comprometida se for pensada somente no interior dos parlamentos. Se se pretende transformar a sociedade, mudando também o processo democrático em favor dos interesses do povo, a relação com o parlamento, em especial a luta parlamentar como tática para o socialismo, deve ser repensada. Não se pode democratizar a sociedade somente pelo parlamento. Em vez disso, se existe um projeto socialista, o parlamento deve ser transformado em favor dessa luta, e não o processo inverso, em que a luta fica centralizada dentro do parlamento que foi moldado segundo os interesses da burguesia. Reduzir a luta à luta parlamentar é impor limites tão altos para o socialismo que se pode até questionar se esta forma de ação é mesmo uma tática válida para o socialismo.

Outra determinação de Rosa é não poder haver revolução se esta for projeto da minoria. A revolução só pode ser fruto de grande um projeto das massas oprimidas, ou seja, esta depende da ação das massas. É justamente neste ponto que a idéia de revolução de Rosa ganha novo sentido. Luxemburg acredita que a revolução só pode ser um projeto das massas, que depende da ação das massas, seja esta ação consciente ou espontânea. Ela escreve²⁸: “O socialismo não é feito, não pode ser feito por decretos, nem mesmo de um governo socialista por mais perfeito que seja. O socialismo deve ser feito pelas massas, por cada proletário”. Nesse aspecto, a noção de história de Rosa Luxemburg não é apenas mero fatalismo. Com a ação das massas, a história perde um pouco seu caráter determinista e torna-se mais dependente da intervenção humana.

²⁸ Luxemburg, 2004, p. 333.

A ênfase na ação das massas é, portanto, o elemento inovador do pensamento político de Rosa Luxemburg. Para ela, as revoluções não podem ser inventadas, ou criadas a partir de uma receita pronta. Ao contrário, a luta revolucionária se aprende no próprio calor da revolução, assim como só se aprende a nadar na água.

Esta ação revolucionária pode assumir diversas formas, dependendo das condições em que o proletariado está envolvido. Em 1905, por exemplo, ela assumiu a forma das greves de massas na Rússia. Rosa escreve²⁹:

Se, portanto, a Revolução Russa nos ensina alguma coisa, é antes de tudo, que a greve de massas não se “faz” artificialmente, nem é “decidida” ou “propagada” no vazio, é um fenômeno histórico que se produz em um momento determinado, e por uma necessidade histórica determinada pelas condições sociais.

A Revolução Russa de 1905³⁰ foi de enorme importância para Rosa. Os acontecimentos desse episódio tiveram forte impacto em suas idéias. Foi nesse período que ela começou a expor e formular questões que acompanhariam seu pensamento político até sua morte, em 1919. As greves de massas, surgidas na época, tiveram grande influência no seu pensamento.

Primeiro porque Rosa percebeu o imenso potencial desse movimento como instrumento de luta revolucionário. Segundo porque ela constatou que a greve deste porte tinha um caráter formador indispensável para as massas. E, por último, notou a importância para o movimento socialista, das ações espontâneas, ou seja, aquelas ações que surgem do seio da classe trabalhadora, fora das prescrições dos dirigentes. Ela escreve: “A Revolução Russa, pela primeira vez na história das lutas de classes, fez possível uma realização grandiosa da idéia de greve de massas e inclusive [...] a greve geral abrindo

²⁹ Luxemburg, 1970, p. 20.

³⁰ Este período, descrito por Rosa como os dias mais felizes de sua vida (Luxemburg, 1983, p. 168), corresponde à primeira participação ativa de Rosa num movimento revolucionário de grandes proporções. A Revolução de 1905 começou com uma greve geral de operários em São Petersburgo. Rapidamente o movimento se alastrou por toda a Rússia. À medida que o movimento crescia, foram se formando *soviets* (que em português significa “conselhos”). Os resultados da Revolução foram a instauração da Duma (parlamento russo) e principalmente a organização dos trabalhadores russos. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, “ao longo do ano de 1905, aquele império de pessoas carentes, resignadas, embrutecidas, amedrontadas, aprisionadas, transformou-se subitamente numa sociedade em movimento, exigente, que se organizava e propunha programas e alternativas” (Reis Filho, 2002, p. 49).

assim uma nova época na evolução do movimento operário”³¹. A greve de massas, que era um movimento aparentemente caótico, para Rosa tinha significações profundas. Para ela³²,

[...] este problema aparentemente simples, tão limpo e puramente mecânico: a derrocada do absolutismo exige toda uma longa série de operações sociais, levando acima o que estava abaixo e trasladando abaixo o que estava acima, transformando a aparente ordem no caos e convertendo o “caos” aparentemente anárquico numa ordem nova.

De fato, a eclosão de um movimento revolucionário na Rússia, espontâneo e sem seguir ordens das organizações, provocou grande controvérsia no movimento socialista internacional. As opiniões se dividiram entre socialistas pró e contra a greve de massas como uma forma de tática revolucionária. O debate entre reformismo e revolução figura como pano de fundo, não só na Alemanha, mas também nos diversos partidos socialistas que faziam parte da Internacional Socialista. Os reformistas viam a greve de massas apenas como uma maneira de se realizar as reivindicações econômicas dos trabalhadores, ao passo que a ala mais à esquerda via esse movimento como um modo de luta política, além das lutas econômicas, podendo ser até mesmo uma maneira de se realizar a revolução socialista.

A greve de massas era um instrumento de luta tão valioso para Rosa pois, para ela, significava o aprendizado dos trabalhadores na prática da luta revolucionária. Isso implica que, mesmo que o partido ou a organização operária seja o representante legítimo dos anseios da classe trabalhadora, sua expressão de luta é fruto mais de seu próprio empenho na luta do que da vontade e de receitas da organização ou do partido. A revolução para Rosa é muito mais fruto da vontade dos trabalhadores de transformarem sua situação de miséria do que da vontade do partido ou do sindicato de fazer esses trabalhadores lutar. Segundo Rosa³³:

³¹ Luxemburg, 1970, p. 11.

³² Idem, p. 43.

³³ Idem, p. 44.

Ao mesmo tempo, o período de lutas econômicas produzido na primavera e no verão de 1905 deu ao proletariado das cidades, sob a forma de uma ardente agitação e da conduta dos social-democratas, a possibilidade de assimilar rapidamente todos os ensinamentos do prólogo de janeiro, de dar-se claramente conta da tarefa futura da revolução. Mas ainda se costurou um resultado de caráter mais durável: a elevação do nível de vida do proletariado. E também do nível econômico-social e cultural.

Assim, o maior ganho da greve de massas é, além dos ganhos materiais para o proletariado russo (jornada de trabalho mais justa, melhores salários, mais participação política etc.), o ganho cultural. “Na realidade não se trata somente de um melhoramento geral do nível de existência, senão também do nível cultural da classe operária”³⁴.

O valor propedêutico do movimento revolucionário é para Rosa a maior lição da greve de massas. Ela escreve:

O que aqui resulta mais valioso, porque fica assegurado no brusco refluxo da maré revolucionária, é o sedimento intelectual. O crescimento a saltos, em inteligência e em civilização do proletariado, é uma garantia inquebrantável de seu irresistível progresso posterior na luta, tanto econômica como política³⁵.

O aprendizado vindo da experiência na luta tem um caráter formador indispensável para Rosa.

A greve de massas, no entanto, não deve ser pensada como a forma revolucionária por excelência. Isso nos encaminha para outro ponto que Rosa destacou na greve de massas. Ela é uma forma revolucionária, surgida na Rússia, criada pelos trabalhadores russos. Seu modelo pode até ser exportado, mas sua eficácia está profundamente ligada à conjuntura histórica do momento em que ela eclodiu. Em outras palavras, a greve de massas é uma *forma* da luta revolucionária. Nas palavras de Rosa³⁶:

A greve de massas não é senão a forma que reveste a luta revolucionária, e toda modificação da relação entre as forças, no desenvolvimento do partido e na

³⁴ Idem, p. 48.

³⁵ Idem, p. 49.

³⁶ Idem, p. 64.

diferenciação das classes, e na atitude da contra-revolução, atua imediatamente por mil vias invisíveis e incontroláveis sobre a ação da greve. Mas, com tudo isso, essa ação não cessa nem por um instante. A greve de massas é o pulso vivo da revolução e ao mesmo tempo seu mais potente estímulo. Em uma palavra, a greve de massas, tal como nos apresenta a Revolução Russa, não é um meio engenhoso, inventado para dar maior força à luta proletária, é o modo do movimento da massa proletária, a forma de manifestar-se a luta proletária na revolução.

Ou seja, a revolução pode ter muitas facetas para Rosa. Não existe uma fórmula pronta para os movimentos revolucionários. Eles podem adquirir inúmeras formas, desde que sejam expressão autêntica das inconformidades dos trabalhadores. Para Rosa, “na realidade, não é a greve de massas a que gera a revolução, mas sim a revolução que gera a greve de massas”³⁷. Em última instância o que Rosa quis dizer é que a revolução é projeto da ação humana, e esta ação está ligada a uma série de questões conjunturais que atribui formas determinadas aos movimentos revolucionários. Falar de determinismo fatalista em Rosa Luxemburg é compreender parcialmente seu legado político.

A idéia de revolução como um projeto da ação humana leva a uma tensão no pensamento político de Rosa Luxemburg. De um lado temos a sua crença na realização da revolução socialista e, de outro, temos a convicção de que esta revolução é um projeto humano, levado a cabo pelas massas. De fato, o que temos em Rosa Luxemburg é um determinismo matizado pela força da ação das massas³⁸.

Para ela, a consciência de classe é produto da ação:

[...] na revolução, onde a massa mesma aparece sobre a cena política, a consciência de classe é prática e ativa. Assim, um ano de revolução deu ao proletariado russo a “educação” que trinta anos de luta parlamentar e sindical não foram capazes de dar artificialmente ao proletariado alemão³⁹.

³⁷ Idem, p. 72.

³⁸ Segundo Loureiro: “Esse é o sentido da obra política de Rosa Luxemburg: o socialismo, o futuro, só poderá concretizar-se pela ação autônoma, consciente das largas massas populares e, por isso mesmo, é uma possibilidade, não uma garantia. Nisso consiste a sua concepção de socialismo democrático: as massas, agindo livremente, instituem novas formas de sociabilidade, diferente das formas burguesas” (Loureiro, 2004, p. 130).

³⁹ Idem, p. 100.

Nesse sentido, as experiências revolucionárias são fundamentais. Afinal é nelas que a grande massa aprende novas formas de organização, cria novas maneiras de organizar a produção, as relações sociais, de gestão política, e de tomar decisões. Podemos dizer, deste modo, que a consciência de classe para Rosa está profundamente ligada às experiências da prática. A revolução para Rosa não é um processo *a priori*, ou seja, que depende somente das crises internas do capitalismo, é também um produto da ação humana.

Assim, Lukács vê em Rosa Luxemburg a encarnação do “ponto de vista da totalidade”⁴⁰, categoria mais importante do pensamento de Marx e que marca a diferença entre o marxismo e a ciência burguesa. Para Lukács, “o domínio da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário na ciência”⁴¹, isto é, o método dialético de Marx se orienta para abraçar tanto o pensamento como a história empírica, dando a ambos os aspectos um sentido unitário, total, ao passo que a ciência burguesa busca fazer justamente o oposto. Quer separar a realidade em diversos setores, desvinculando o processo de trabalho do desenvolvimento econômico, o Estado e suas manifestações jurídicas e políticas, do movimento econômico da sociedade, a história e o desenvolvimento capitalista, dissociando a vida política da vida material da sociedade.

Deste modo, o método criado por Marx supera essas separações, entendendo o desenvolvimento da história, da política e da economia como um todo, e também as partes deste todo como um momento dialético do desenvolvimento capitalista. Segundo Lukács: “Para o marxismo, em última análise, não há portanto, uma ciência jurídica, uma economia política e uma história etc. autônomas, mas somente uma ciência histórico-dialética, única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como totalidade”⁴².

Rosa Luxemburg entende a totalidade dialética, segundo Lukács, através da apurada compreensão do processo de desenvolvimento capitalista, expresso nos seus estudos econômicos e na compreensão da consciência de classe como consciência do processo dialético mesmo. Ou seja, há uma unidade no pensamento de Rosa, a qual pode ser traduzida pela compreensão

⁴⁰Lukács, 2003, p. 105.

⁴¹ Idem, p. 106.

⁴² Idem, p. 107.

que ela teve tanto da economia – tendo como expoente *A Acumulação do Capital*, sua principal obra econômica – como pela análise política expressa nos seus inúmeros textos desse gênero e na prática adotada em sua postura política ao longo da vida.

A consciência de classe é o fator mais importante do pensamento de Rosa Luxemburg. Ela se apresenta na prática na ação revolucionária, e ao mesmo tempo esta constrói a consciência de classe. A consciência de classe é, dessa maneira, o elo que unifica a teoria e a prática. Faz o proletariado deixar de ser percebido como parte da história para passar a ser sujeito da própria história, o agente principal que sustenta o sistema capitalista e o único capaz de superá-lo.

As massas adquirem consciência sobretudo na luta, mesmo que sejam movimentos espontâneos. Ou seja, no calor revolucionário, elas se politizam, aprendem a se auto-organizar e se autogerir. Assim surgem as comunas ou os conselhos como frutos do processo revolucionário, nos quais, segundo Rosa, estão os germes da sociedade socialista. Por isso a ação das massas adquire *status* fundamental em seu pensamento político.

Além disso, há outro elemento importantíssimo que deve ser considerado nos processos revolucionários: a experiência de novas formas de organização exige, segundo Rosa, a manutenção da ordem democrática. A vivência democrática é parte essencial em seu projeto político, pois ela é a base em que se sustentam os pilares de uma nova sociedade. Para ela, a democracia é um processo vivo, que só se aprende na prática, quando a grande massa oprimida tem oportunidade de tomar decisões sobre seu próprio destino. Por isso as experiências revolucionárias, como as greves de massas, são tão importantes, já que nelas os trabalhadores experimentam a oportunidade de se auto-gerirem, de eles mesmo se organizarem e decidir como vão suprir suas necessidades e seus desejos.

E as experiências revolucionárias não precisam ser aquelas que evocam o combate de rua, mas aquelas que proporcionam a experiência no debate público, na administração de todos dos bens públicos, na tomada de decisões coletivas. Segundo Luxemburg⁴³:

⁴³ Idem, p. 110.

A greve de massas é verdade que não substitui nem faz supérfluo o combate de rua, mas sim o reduz a um momento de um longo período de lutas políticas e liga ao mesmo tempo ao período revolucionário uma tarefa enorme de civilização no sentido mais exato do termo: a transformação material e intelectual da classe operária em seu conjunto civilizando as formas bárbaras de exploração capitalista.

Com isso, é importante ressaltar que manter a ordem democrática para Luxemburg não significa manter a ordem democrática da sociedade burguesa. Podemos dizer que para ela o capitalismo não pode sustentar uma forma democrática que não seja apenas uma democracia de fachada, já que é por definição um sistema excludente. A superação do capitalismo passa apenas por um caminho, o da ação das massas, que ao construir a sociedade socialista, constrói também uma nova democracia. Para Rosa⁴⁴: “A democracia socialista começa com a destruição da dominação de classe e a construção do socialismo. Ela começa no momento da conquista do poder pelo partido socialista. Ela nada mais é que a ditadura do proletariado”. Porém, o termo “ditadura do proletariado” tem para Rosa Luxemburg um sentido muito particular⁴⁵: “essa ditadura consiste na maneira de aplicar a democracia, não na sua supressão, ela se manifesta nas intervenções enérgicas e resolutas pondo em causa os direitos adquiridos e as relações econômicas da sociedade burguesa”.

Rosa, portanto, critica a democracia burguesa por ser uma democracia parcial, que não tem o mesmo peso para toda a sociedade, já que grande parte dela, a grande massa dos trabalhadores, tem acesso limitado às esferas de decisão. No entanto, a democracia burguesa é construída sobre a idéia de esfera pública, que prioriza o debate público, o livre enfrentamento de idéias e opiniões, e é este aspecto que Rosa admira. Assim, qualquer que seja o caminho encontrado pela massa para edificar o socialismo, ele não deve se afastar dos princípios de liberdade. E a liberdade, segundo Rosa, deveria ser cada vez mais ampliada e atingir a maioria oprimida da sociedade.

⁴⁴ Luxemburg, 1991b, p. 96.

⁴⁵ Idem. Ibidem.

A democracia burguesa era um estágio que, para Rosa, deveria ser superado com cada vez mais democracia. No texto *A Revolução Russa*⁴⁶, ela escreve⁴⁷: “[...] ditadura de classe, isto significa que ela se exerce no mais amplo espaço público com a participação sem entraves, a mais ativa possível das massas populares, numa democracia sem limites”.

O termo “democracia”, portanto, adquire em Rosa Luxemburg novo significado. Ele adquire então conteúdo mais social, ou seja, uma democracia capaz de operar com outros mecanismos além daqueles tradicionais da burguesia. Não é de modo algum uma democracia que apenas realiza periodicamente eleições gerais e em que o parlamento é o centro das decisões políticas, embora isso ainda fosse essencial para Luxemburg. É uma democracia mais radical, que transfere para a massa, nas suas múltiplas formas de organização, todas as decisões políticas.

Assim, para Rosa, é preciso manter algumas características da sociedade burguesa⁴⁸. Para ela, é preciso manter as liberdades de imprensa, de reunião, de opinião, de consciência, liberdade política, tolerância em relação às diversas crenças etc., princípios que estavam sendo suprimidas na Revolução Russa. Isso permite a participação da massa na administração dos negócios públicos. Em última instância, a finalidade da política, e da revolução socialista, era integrar no mesmo universo tanto as conquistas burguesas como as liberdades individuais e os direitos, e também a igualdade de classes socialista, num sistema que é sustentado pela mais ampla e irrestrita democracia. Assim, Rosa Luxemburg não repudia a democracia burguesa, mas toma por base a liberdade e a igualdade formais buscando universalizá-las, para, a partir daí, instaurar uma “democracia qualitativamente superior”⁴⁹. Segundo ela: “A tarefa histórica do proletariado, quando toma o poder, é

⁴⁶ O texto *A Revolução Russa*, escrito por Rosa Luxemburg em setembro de 1918, foi publicado somente em 1922, três anos após sua morte. Escrito enquanto ela estava cumprindo seu terceiro ano de prisão, neste trabalho ela busca fazer um balanço da Revolução Russa às vésperas de seu primeiro ano de vida. Nele, Rosa analisa a política autoritária dos bolcheviques, muitas vezes forçados pelas circunstâncias. Reconhece a situação difícil dos revolucionários russos em manter a revolução, mas, para ela, os fins não justificam os meios. Muitas vezes as medidas autoritárias tomadas por Lênin, Trotski e seus companheiros são para Rosa remédio pior que a doença em si. Para ela, a supressão do espaço público tal como estava acontecendo na Rússia bolchevique acabaria por criar um sistema dominador, e não um sistema libertador como ela entendia o socialismo. As palavras de Rosa, em muitas passagens deste trabalho, são premonitórias.

⁴⁷ Luxemburg, 1991b, p. 95.

⁴⁸ Na realidade, estas características não são conquistas apenas da burguesia, mas são valores universais.

⁴⁹ Campione, 2005, p. 219.

instaurar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa e não suprimir toda a democracia”⁵⁰.

A democracia para Rosa tem, portanto, valor substancial, não valor meramente tático⁵¹. Ou seja, ela é a base em que se assentam as suas idéias políticas, e não apenas o melhor caminho para a revolução socialista. E a democracia socialista exige a preservação da liberdade como princípio universal, capaz de alcançar as esferas mais excluídas da sociedade. Ao criticar os rumos da Revolução Russa, Rosa repreende os bolcheviques justamente por não fazerem da liberdade um princípio válido para todos. Ela escreve, numa de suas passagens mais famosas⁵²:

Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam – não é liberdade. *Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente*. Não é por fanatismo da justiça, mas porque tudo quanto há de vivificante, de salutar, de purificante na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a “liberdade” se torna privilégio.

Para ela, a vivência na luta produz a consciência de classe, e a vivência em um processo revolucionário que cria formas democráticas de ação é a fonte de que os trabalhadores tiram inspiração para reinventar a sociedade. Desse modo, quanto mais amplo o espaço público, quanto maior a capacidade de participação de todos num governo verdadeiramente popular, mais democrático e mais próximo do socialismo será este governo. Afinal é a experiência de participar do poder que confere à massa a autonomia necessária para se autogovernar. E este é princípio fundamental do socialismo democrático de Rosa Luxemburg⁵³:

Só a experiência é capaz de corrigir e de abrir novos caminhos. Apenas uma vida fervilhante e sem entraves chega a mil formas novas, improvisações, mantém a força criadora, corrige ela mesma todos os seus erros. Se a vida pública nos Estados de liberdade limitada é tão medíocre, tão miserável, tão esquemática, tão infecunda é

⁵⁰ Luxemburg, 1991b, p. 96.

⁵¹ Campione, 2005, p. 213.

⁵² Luxemburg, 1991b, p. 91.

⁵³ Luxemburg, 1991b, p. 92.

justamente porque excluindo a democracia, ela obstrui a fonte viva de toda riqueza e de todo o processo intelectual.

Nesse sentido, segundo Negt⁵⁴, o que está no centro das idéias políticas de Rosa é a constituição de uma *esfera pública proletária*, que se caracteriza pelo fato de que “não conhece o mecanismo de exclusão típico da esfera pública burguesa, mediante o qual se excluem dos interesses públicos, enquanto privadas, tanto algumas esferas essenciais da vida quanto esferas como da produção e da socialização (educação)”.

A vida pública é, portanto, parte essencial da concepção de socialismo de Rosa Luxemburg. Ela aponta a vida pública como o meio e a base da sociedade socialista⁵⁵:

A prática do socialismo exige uma transformação completa no espírito das massas, degradadas por séculos de dominação da classe burguesa. Instintos sociais em lugar dos instintos egoístas, iniciativa das massas em lugar da inércia, idealismo que faz superar todos os sofrimentos etc., etc. Ninguém o sabe melhor, nem o descreve mais convincentemente, nem o repete com mais obstinação do que Lênin. Só que ele se engana completamente quanto aos meios. Decretos, poder ditatorial dos contramestres, punições draconianas, terror, são apenas paliativos. O único caminho que leva ao renascimento é a própria escola da vida pública, a mais ampla e ilimitada democracia, a opinião pública. É justamente o terror que desmoraliza.

E vida pública significa que, conforme Rosa descreve, “sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem livre enfrentamento de opiniões, a vida se estiola em qualquer instituição pública, torna-se uma vida aparente na qual a burocracia subsiste como o único elemento ativo”⁵⁶. A democracia para Rosa não é somente um meio para o socialismo, é o único meio e o objetivo fundamental da sociedade socialista. E esta democracia está alicerçada numa forma que permita a participação irrestrita da massa. É o próprio autogoverno dos trabalhadores.

⁵⁴ Negt, 1984, p. 45.

⁵⁵ Luxemburg, 1991b, pp. 92-93.

⁵⁶ Luxemburg, 1991b, p. 94.

Dessa forma, a noção de democracia de Rosa Luxemburg exige a reafirmação do mundo público. Ao fazer da “liberdade de quem pensa diferente” um princípio norteador da vida política, ela consegue mais do que fazer da liberdade de expressão um valor tão sagrado quanto a própria revolução. Ela garante a independência do pensamento diante do poder, seja ele do Estado, do partido ou do sindicato. O princípio democrático da concepção de socialismo de Rosa tem imaneente um meio de sempre evitar os abusos de poder, pois delega que a massa seja a fonte do poder político.

Além disso, na visão de democracia de Rosa Luxemburg existe uma articulação entre o indivíduo e o mundo político que o cerca. Ela remonta em parte⁵⁷ à idéia da *ágora*, ou seja, aquele espaço público em que os indivíduos interagem pela palavra nas deliberações coletivas. O indivíduo não é apenas parte do processo político, mas sim o centro vivo da política. O indivíduo encontra nesse modo de fazer política a cidadania plena, pois está constantemente envolvido no debate público. Ele é membro permanente da comunidade de cidadãos.

A proposta democrática de Rosa Luxemburg era de uma democracia direta e não liberal. Na base da sua concepção de socialismo democrático, o exercício do poder deveria ser feito diretamente pelas massas, as quais ocupariam todas as esferas de decisões políticas. O Estado, segundo Luxemburg, até poderia fazer parte desse processo, mas como auxiliar das massas, emanado somente pelo desejo e decisão destas. Um Estado que caminharia lado a lado da massa, e não um Estado centralizado, gerido por um pequeno grupo eleito que governa para todos. Mesmo a existência de um Estado, seja ele centralizado ou não, seria uma decisão que caberia somente à massa tomar.

A democracia liberal tem limitações, já que nela o indivíduo transfere o seu poder para o representante em quem está votando. Concluída esta transferência, o poder de decisão passa a ser do representante, e não mais do indivíduo. Numa sociedade de classes, como aquela em que Rosa vivia, o modelo democrático liberal acaba por representar apenas a classe economicamente dominante. Se pensarmos no caso da Alemanha

⁵⁷ Remonta em parte à democracia grega, pois na *ágora* só eram aceitos os cidadãos gregos, o que excluía mulheres, escravos e estrangeiros, que juntos formavam a maioria da população ateniense.

contemporânea de Rosa⁵⁸, percebemos que a democracia liberal encontrava obstáculos ainda maiores. Assim, propor uma democracia direta, ou uma forma democrática que dá todo poder à massa, ainda que ela opere fora dos padrões liberais (mesmo havendo sufrágio universal, um parlamento atuante etc.) era uma idéia radical até para os quadros da esquerda.

O objetivo de Rosa era, portanto, tomar o poder político sim. Alcançar o poder do Estado. No entanto, o significado de “tomar o poder político” era algo mais amplo. Tomar o poder é fazer que o poder alcance a grande maioria da sociedade que fica excluída de participar dele. O socialismo de Rosa pretendia passar a esfera das decisões para a grande massa, e se esse objetivo exigisse uma completa reformulação do modelo de Estado liberal, se fosse preciso criar novos órgãos deliberativos capazes de envolver a massa, isto era perfeitamente conciliável com a construção da sociedade socialista.

O socialismo para Rosa era um sistema que estava para ser inventado. Não existe para ela fórmula pronta ou manual que ensinasse a revolução. Esta última era algo espontâneo, fruto das inconformidades da massa, e no calor da luta ela encontra as formas políticas mais adequadas para gerir suas necessidades. Assim, Rosa escreve⁵⁹:

O sistema social socialista não deve e nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, nascido na hora da sua realização, resultando do fazer-se da história viva que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, junto com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E assim sendo, é claro que o socialismo, por sua própria natureza, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto.

Não há, portanto, como negar o marxismo de Rosa. Seu pensamento político aponta para um fim na história: a revolução socialista. Porém, essa teleologia depende da ação da massa. Assim, a realização da revolução e a

⁵⁸ O Estado Alemão era muito pouco democrático. Dominado politicamente pela Prússia, o poder executivo ficava a cargo do imperador. Já o Poder Legislativo era exercido por um Conselho Federal (*Bundesrat*), com representantes dos *Länder*, mas na prática era dominado pela Prússia. O parlamento (*Reichstag*), eleito por sufrágio universal masculino, não podia propor leis, nem votá-las. O chanceler só podia ser destituído com a concordância do imperador (Cf. Loureiro, 2005, p. 29).

⁵⁹ Luxemburg, 1991b, p. 92.

sociedade socialista podem assumir inúmeras formas. Só há um único princípio que deve ser respeitado nos processos revolucionários: a participação ativa da massa como o centro das decisões. Somente os trabalhadores podem decidir seu futuro. Não há como delegar tarefas ou transferir a responsabilidade das mudanças a um pequeno grupo que decide pela maioria. Se a revolução se encaminha para a formação de comunas ou de conselhos, isso é uma criação dos próprios trabalhadores no calor da luta. Estes são os princípios fundamentais da concepção de socialismo democrático de Rosa Luxemburg.

Nesse sentido, podemos entender a admiração que Hannah Arendt tinha por Rosa Luxemburg, apesar do distanciamento de suas convicções políticas. O mundo público para ambas é o que dá sentido à presença humana no mundo. Segundo Arendt⁶⁰, “é o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo”. Sem o princípio de publicidade os homens se desumanizam e tornam-se ou tiranos ou subjugados pela tirania. A democracia, ou melhor, aquela forma democrática capaz de preservar a participação ativa do indivíduo na tomada das decisões políticas é o melhor remédio para proteger a política das investidas centralizadoras, as quais podem acarretar na formação de um sistema totalitário.

Desse modo, Luxemburg, assim como Hannah Arendt, compreendeu a política como o espaço da coletividade e da individualidade. O poder não pode ser para Rosa uma esfera superior aos indivíduos, ao contrário, o poder só poderá ser exercido da melhor maneira se for um poder compartilhado, baseado no debate, na troca constante de idéias. Esta é a base para a sua concepção democrática de socialismo. É nesse sentido que a experiência vivida por Luxemburg na Revolução Alemã de 1918, em que ela tomou contato com os conselhos de soldados e operários, foi fundamental. E é a ela que passamos a nos dedicar agora.

⁶⁰ Arendt, 2003, p. 65.

CAPÍTULO II. Conselhos operários e socialismo

O debate acerca dos conselhos de operários deve ser inserido no terreno da história. Eles não foram uma invenção premeditada pela classe operária ou criação intelectual de um ou alguns pensadores. Antes de tudo, são manifestações revolucionárias que somente tomam forma no calor da revolução. Assim ocorreu com as sociedades populares na Revolução Francesa (que foi o primeiro germe dos conselhos), com a Comuna de Paris em 1871, com os soviets⁶¹ em 1905 e após, em 1917, ou com os conselhos de operários e soldados (COS) durante a Revolução Alemã.

Eles buscam exercer o poder de forma mais democrática, solicitando a ampliação da participação popular, a partir de baixo, e propondo uma alternativa de controle do poder. É, portanto, um modo de gerir as decisões políticas com base na participação efetiva de todos, seja na administração das fábricas, de bairros ou, em nível maior, na gestão do Estado.

Os conselhos são, desse modo, uma alternativa de controle do poder baseada na autogestão. Seu funcionamento requer um fórum permanente, seja de controle dos seus representantes ou como o local onde são tomadas as decisões políticas. Assim, podemos dizer que os conselhos são órgãos que se propõem a substituir o poder vigente, que é baseado na supremacia do Estado. Buscam construir um novo tipo de relação com o poder, enraizado na participação popular maciça.

⁶¹ A palavra “soviète” em russo quer dizer conselho.

Os conselhos não são, portanto, instrumento de transformação do poder, mas sim personificam um novo poder. São órgãos político-sociais de contestação da estrutura capitalista. Sua existência exige a abolição das formas de exploração. Seu funcionamento não pode coexistir com o Estado de classes, pois eles encarnam o governo da grande massa, e não de uma classe menor que se apropria do poder.

Num sistema de conselhos, todos têm o mesmo peso político. Cada cidadão é participe das decisões. Dessa maneira, a política se torna parte fundamental da vida de todos, e o mundo dos assuntos públicos é determinante na vida dos homens. A vida pública é, segundo Hannah Arendt⁶², o que dá sentido à existência humana ao longo das gerações, por isso, é fundamental para o homem viver numa comunidade política criativa:

[...] o mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência. É isto o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e aqueles que virão depois de nós. Mas esse mundo comum só pode sobreviver ao advento e à partida das gerações na medida em que tem uma presença pública⁶³.

O caráter público da vida é, desse modo, a parte mais fundamental da vida humana. É o elo que unifica o passado com o presente. É o espaço em que os homens recuperam e reafirmam sua identidade individual. O indivíduo, segundo Hannah Arendt, se identifica como tal através da palavra, na relação com o outro. Esta experiência exige que haja uma comunidade política criadora do espaço público e criativa nas suas formas de se relacionar. Em outras palavras, a liberdade humana depende do caráter público da vida. Sem isso o homem se desumaniza pouco a pouco.

O sistema de conselhos é, nesse sentido, o espaço de exercício da liberdade humana. E, como já defendia Rosa Luxemburg, não há liberdade sem democracia. Assim, podemos dizer que os conselhos são uma forma de realização do espaço público, que opera segundo mecanismos distintos do espaço público burguês. Há, portanto, nos conselhos, uma nova maneira de articular o indivíduo e a coletividade, formando um contra-poder popular absolutamente distinto das instituições nas democracias burguesas.

⁶² Arendt, 2003.

⁶³ Idem, p. 65.

Nesse sentido, os conselhos podem ser vistos também como espaços de realização da liberdade humana e de afirmação das individualidades. Eles são espaços que conseguem juntar, pela palavra, os interesses coletivos e os desejos individuais em função do bem comum.

Para Rosa Luxemburg, a ação autônoma e a experiência das massas são o caminho para se construir o socialismo. Ao mesmo tempo, o socialismo de Luxemburg não é possível se não houver liberdade de pensamento e de discussão. Os conselhos são, em certo sentido, a encarnação do ideal de socialismo de Rosa. Neles os homens podem decidir sobre os assuntos públicos de maneira igual, tendo igualmente o mesmo acesso às decisões e o mesmo peso político. Em certo sentido, os conselhos são para Rosa o mesmo que ela entendia por ditadura do proletariado.

No entanto, é preciso lembrar que todo o pensamento político de Rosa Luxemburg está fortemente imbricado com a conjuntura histórica em que ela estava vivendo. Ela não foi, de modo algum, uma pensadora que teorizou sobre os conselhos. Suas idéias sobre essas organizações na Revolução Alemã seguem a mesma linha de suas idéias sobre a Revolução Russa de 1905. Para ela, tanto no movimento de 1905 como na Revolução de 1918, o socialismo só pode nascer como projeto das massas, que cria formas revolucionárias alternativas ao poder vigente. Assim foi com a greve de massas em 1905 e com os conselhos de operários e de soldados em 1918.

Em novembro de 1918, após passar a maior parte dos anos da guerra encarcerada, Rosa Luxemburg sai da prisão, depois de o governo alemão conceder anistia aos presos políticos. Ela cai direto no torvelinho da Revolução Alemã e é assassinada no dia 15 de janeiro de 1919. Esses dois últimos meses, seus últimos meses de vida, foram marcados por intensa atuação política na Revolução.

De certo modo, nesse curto período Rosa tenta pôr em prática suas idéias sobre política e ação revolucionária, principalmente “a idéia de que a consciência de classe se cria na ação, de que o papel do partido é esclarecer e agitar”⁶⁴. Nesse sentido, esses dois últimos meses da vida de Rosa podem ser entendidos como um prospecto da obra da sua vida. Compreender as posições de Rosa em relação aos acontecimentos da Revolução e, principalmente, compreender sua defesa dos conselhos de operários e soldados durante a Revolução Alemã é não somente entender melhor a concepção de Rosa sobre o que é o socialismo, como também apontar um caminho para os dias de hoje, na medida em

⁶⁴ Loureiro, 1995, p. 140

que ainda hoje se procura uma sociedade mais justa e mais democrática, tal qual Rosa Luxemburg buscava em seu tempo.

Porém, as idéias e posições defendidas por ela em 1918 até sua morte encontraram limitações no desencadeamento dos fatos da Revolução Alemã. É dessa maneira que devemos compreender o ponto de vista de Rosa durante esse episódio.

Para ela, esse período pairava entre o levante espontâneo e o determinismo economicista. A massa estava se rebelando, e o cenário revolucionário havia sido criado. Porém, o caminho escolhido de fato pela massa não foi o da revolução. Os trabalhadores alemães criaram as condições ideais para a revolução socialista, mas o desfecho dado por eles não foi o do socialismo. Em vez de criar a República socialista, o proletariado alemão acabou por apoiar a criação da República democrática burguesa. Rosa acreditava que, de algum modo, as leis objetivas falariam mais alto e dariam um outro caminho à história, transformando a confusa situação da Alemanha numa revolução socialista.

Assim, podemos entender a afirmação de Loureiro⁶⁵ sobre esse período: a Revolução Alemã condensa os “dilemas da ação revolucionária” para Luxemburg. Põe frente a frente, numa conjuntura revolucionária, o reformismo da classe operária alemã e uma impressionante ebulição revolucionária capaz de trazer as massas às ruas, conforme Rosa esperava. Expõe a olho nu a crença desta autora no triunfo da revolução e os dilemas que envolvem a classe operária alemã.

A Revolução Alemã é, segundo Frölich⁶⁶, “uma nova confirmação da idéia de Rosa Luxemburg de que as revoluções não podem ser ‘feitas’, que elas emergem da vontade das massas quando a situação está madura”. Porém, no caso da Alemanha, a situação revolucionária expôs as peculiaridades da classe trabalhadora alemã, formada nos moldes reformistas do SPD. Portanto, para podermos entender melhor as posições de Rosa, especialmente em relação aos conselhos, passaremos agora a uma breve exposição dos acontecimentos dos primeiros meses da Revolução Alemã.

O mês de novembro de 1918 na Alemanha foi palco para um período curioso: o de uma revolução que nunca chegou a se realizar. Não porque foi interrompida, mas porque nunca foi de fato revolucionária, apesar de sua aparência.

⁶⁵ Idem, p. 141.

⁶⁶ Frölich, 1965, p. 319

As causas que levaram aos acontecimentos de novembro de 1918 são muitas. Para Moore⁶⁷, figuram entre elas:

[...] as tensões da I Guerra, o impacto de uma derrota que destruiu a monarquia e desacreditou temporariamente as camadas e as instituições dominantes da sociedade alemã -- os *junkers*, os chefes militares, a burocracia, as grandes empresas -- fizeram surgir as condições que possibilitaram a irrupção de um amplo movimento revolucionário em 1918.

De fato, a guerra e suas conseqüências são, por si sós, capazes de explicar grande parte da tempestade política do período pós-guerra. Segundo Moore, a guerra e seus desdobramentos “dilaceraram hábitos cotidianos comuns dos operários industriais alemães e de modo geral na Europa como um todo”⁶⁸. Porém, na Alemanha, a maior derrotada, o fim da guerra e o imediato pós-guerra tiveram uma fisionomia revolucionária.

O evento que deu origem aos desdobramentos do mês de novembro de 1918 foi a rebelião dos marinheiros na cidade de Kiel, quando a frota naval se recusou a fazer uma incursão inútil. Em 4 de novembro, a bandeira vermelha é içada em Kiel. Logo os marinheiros procuraram apoiar-se nos operários das cidades vizinhas. O movimento se alastrou com uma velocidade impressionante, formando-se por todos os lados conselhos de operários e soldados espontaneamente. Em 8 de novembro a República é proclamada em Munique e, no dia 9, a situação em Berlim é revolucionária. Porém a Revolução de novembro é um movimento que não foi planejado e sua vitória é uma incógnita. Segundo Loureiro⁶⁹, o movimento iniciado em Kiel dá início a toda uma gama de acontecimentos:

A partir de então assiste-se a uma gigantesca paralisia do poder estatal. Os aparatos militar e policial do antigo regime capitulam por todo lado, sem resistir à insurreição que se espalha a partir de Kiel. Os prisioneiros políticos são libertados, a bandeira vermelha tremula nos prédios públicos. Conselhos de operários e soldados são improvisados; os funcionários locais do SPD, do USPD e dos sindicatos passam a dirigir as ações sem esperar ordens das centrais dirigentes: no dia 6 de novembro em Hamburgo, Bremen, Wilhelmshaven, Lübeck; no dia 7 em Hannover; no dia 8 em Colônia, Braunschweig, Düsseldorf, Leipzig, Frankfurt,

⁶⁷ Moore, 1987, p. 381.

⁶⁸ Idem. Ibidem.

⁶⁹ Loureiro, 2005, p 54-55.

Munique. Nesse mesmo dia, o Conselho de Operários, Soldados e Camponeses de Munique proclama a República Socialista na Baviera. Não se trata de uma ação revolucionária planejada, mas de um movimento espontâneo das massas cansadas da guerra, que exigem o fim imediato do conflito. Mas ao mesmo tempo, esse amplo movimento espontâneo também faz brotar o desejo, até então latente em vastas camadas da população, de uma profunda transformação política e social, que se articula claramente nos meses seguintes e adquire dinâmica própria.

Os Spartakistas⁷⁰ imediatamente saíram em defesa da revolução, pregando a greve geral e a insurreição. No entanto o SPD optou por tentar controlar a situação e manipulá-la de acordo com um modelo de Estado mais aceitável para a burguesia.

No mesmo 9 de novembro o SPD convidou o USPD⁷¹ para formar um novo governo de coalizão, lançando as palavras de ordem da greve geral e insurreição pela queda da monarquia. A República foi proclamada em Berlim simultaneamente por Scheidemann do SPD majoritário e a República Socialista Livre por Liebknecht, que ao lado de Rosa era dirigente da Liga Spartakus. No dia seguinte foi formado o “Governo dos Seis Comissários do Povo”, composto pela ala majoritária do SPD (Ebert, Scheidemann e Landsberg) e USPD (Haase, Dittmann e Barth). Não houve muita restrição à participação dos radicais no governo (Liga Spartakus e os Delegados Revolucionários), mas conforme relata Almeida⁷², as posições de Liebknecht o afastavam ideologicamente do novo governo:

Liebknecht queria impor ao SPD condições inaceitáveis para o partido, como o caráter socialista da república e o poder para os conselhos, questões que os social democratas hipotecavam formalmente à decisão de uma Assembléia Constituinte a ser eleita. Finalmente um documento de concessões mútuas levou as duas partes a um acordo. Assim se iniciava um curto período revolucionário que deveria durar poucos meses, e que chegaria cedo à fase de “normalização”.

⁷⁰ A Liga Spartakus havia sido criada por Rosa, Liebknecht e outros militantes socialistas da esquerda do SPD durante a I Guerra. Com a expulsão de muitos militantes do SPD contrários à guerra, em 1917, e a formação do USPD por eles logo em seguida, a Liga Spartakus permaneceu como um grupo dentro do USPD, até dezembro de 1918, quando saíram para fundar, junto de outros grupos da esquerda radical (“Comunistas internacionalistas”, I. K. D.), o Partido Comunista Alemão. Fazem parte da Liga Spartakus além de Luxemburg: Liebknecht, Franz Mehring, Clara Zetkin, Wilhelm Pieck, Otto Rühle, Hugo Eberlein, Ernst Meyer, Hermann Duncker, Paul Levi (cof. Loureiro, 2005, p. 17).

⁷¹ O USPD (Partido Social-democrata Independente) foi formado em abril de 1917, quando um grupo de deputados social-democratas que se opunham à guerra fizeram uma conferência, no mês de janeiro, sendo expulsos em bloco do SPD. São membros do USPD: da ala direita, Haase, Dittmann, Kautsky, Bernstein, Breitscheid; da ala esquerda: Ledebour, Däumig, Louise Zietz, Eichhorn, Eisner (na Baviera) (cf. Loureiro, 2005, p. 17).

⁷² Almeida, 1982, p. 27.

No dia 10 de novembro foi realizada uma assembléia de delegados dos conselhos de operários e soldados de Berlim, confirmando o apoio ao governo dos seis comissários do povo. Esta assembléia não só decidira que a legitimidade do governo seria dada ao SPD, através dos comissários do povo, como também serviria para esfriar um pouco o clima revolucionário. O SPD, enfim, conseguia governar o país, mas mesmo com o desfecho desfavorável para a esquerda radical, os acontecimentos dos dias 9 e 10 de novembro foram cruciais: eles abriram as portas para uma revolução possível, foram um começo. Cabia agora à esquerda socialista fazer um intenso trabalho de propaganda cuja intenção seria transformar o clima revolucionário que havia sido criado numa revolução de fato. Rosa Luxemburg compreendeu esta tarefa como ninguém.

Desde que saiu da prisão, ela esteve envolvida com os acontecimentos da revolução em Berlim. Sua preocupação imediata foi fundar e manter em circulação o periódico Spartakista *Die Rote Fahne*. Para ela a Alemanha estava mergulhada numa situação revolucionária, mas a revolução, como ela sempre defendeu, só poderia vir como um projeto das massas. Assim, manter um trabalho de propaganda e formação, através do periódico, era fundamental. Afinal, somente se tornando conscientes da situação, e tendo clareza das forças em jogo, é que as massas teriam o discernimento necessário para conquistar a ampla maioria dos trabalhadores, radicalizar cada vez mais a situação, a tal ponto que a revolução seria inevitável. Somente quando as massas percebessem que são elas o sujeito histórico capaz de pôr fim ao regime de miséria e exploração, e não outras forças políticas comprometidas com a manutenção da paz e da ordem é que a revolução socialista seria possível. Era, desse modo, fundamental que elas se mantivessem em movimento, pois é na ação que se adquire consciência. Portanto, segundo Rosa, a revolução não poderia ser proclamada de um balcão, tal como fez Liebknecht, e nem a revolução burguesa promovida pelo SPD, tendo o USPD como aliado, era uma alternativa. Ao contrário, só poderia ser um projeto consciente da grande maioria da massa. Assim, Nettl⁷³ escreve:

Rosa Luxemburg não duvidava de que o apoio das massas chegaria com a ação, e não poderia chegar de outro modo. Mas isso era um processo esporádico, não contínuo, e, finalmente, que coincidia com a tomada do poder e o advento do socialismo. A criação de duas

⁷³Nettl, 1974, p. 554

soluções somente, bolchevismo ou social democracia, reduzia o campo de escolha naquele momento; as idéias de Rosa eram uma forte terceira alternativa.

Nesse período, a posição de Rosa era ambivalente. Ela mesma descreve esse sentimento no discurso no Congresso de Fundação do Partido Comunista Alemão, quando diz que vê os acontecimentos “com um olho que ri, outro que chora”⁷⁴. Ao mesmo tempo que Rosa se entusiasma com a presença da massa nas ruas, ela vê que o caminho tomado pela massa não é o da revolução⁷⁵. Especialmente no mês de dezembro, quando o debate na Alemanha girava em torno de uma dualidade de propostas: os conselhos como sede do poder de um lado, e, de outro, a realização de eleições para uma Assembléia Constituinte, com o objetivo de dar uma nova constituição para a recém-fundada República.

Para Rosa, os conselhos representavam o elemento vivo da revolução, e deveriam, naquele instante, ser o cerne do poder, a representação do Estado socialista, o poder exercido pelas massas. Os conselhos eram a expressão do processo revolucionário da Alemanha. Criados de forma espontânea por soldados e marinheiros rebelados, e por trabalhadores de diversos segmentos, eles representaram a veia central no princípio da Revolução Alemã. Para Rosa e os Spartakistas, os conselhos deveriam exercer as tarefas do Executivo e do Legislativo, constituindo uma nova estrutura de poder, mais participativa e mais democrática.

Os conselhos são uma estrutura política absolutamente inovadora. São capazes de reorganizar a política a partir de baixo, e por isso podem ser considerados instituições políticas da sociedade que aboliu a exploração do trabalho. Nesse sentido podem ser considerados como a materialização da concepção de Rosa sobre a democracia. Segundo Loureiro⁷⁶:

Em outras palavras, neste contexto, a verdadeira democracia significa *democracia conselhistas*, uma vez que aqui o poder não é nenhuma instância exterior e acima das massas. Os conselhos são organismos democráticos por exercerem simultaneamente funções legislativas e executivas, aqueles que fazem as leis são os mesmos que as aplicam e que administram a coisa pública. Com isso, é eliminada a separação entre dirigentes e dirigidos, base do autoritarismo, da burocracia, da dominação e da exploração no capitalismo contemporâneo. Uma democracia

⁷⁴Luxemburg, 2004, p. 306

⁷⁵Essa posição é reforçada com o apoio ao “governo do seis comissários do povo”.

⁷⁶Loureiro, 1999, pp. 39-40.

conselhista significa, em resumo, o governo de “todos os que trabalham e não exploram o trabalho alheio” (Mário Pedrosa).

Rosa defendia os conselhos devido a sua convicção de que a massa cria as formas revolucionárias no calor da luta. No entanto, por serem um espaço livre da dominação, onde os sujeitos são ativos em todas as instâncias políticas, podemos dizer que eles representam exatamente o significado do socialismo democrático de Luxemburg. Mais do que defender os conselhos como uma alternativa para radicalizar o movimento iniciado em novembro, Rosa os considerava germes de sua concepção de socialismo.

No texto *O que Quer a Liga Spartakus?*⁷⁷, escrito em dezembro de 1918 em meio à agitação revolucionária, Rosa deixa clara sua posição sobre os conselhos como substitutos legítimos da classe trabalhadora ao poder do estado burguês. Essa obra mais tarde se tornou o programa do Partido Comunista Alemão (KPD)⁷⁸, fundado pelos Spartakistas, juntamente de outros grupos de esquerda, no fim do mês de dezembro. Rosa escreve⁷⁹:

Assim, da cúpula do Estado à menor comunidade, a massa proletária precisa substituir os órgãos herdados da dominação burguesa: *Bundesrat* (Conselho Federal), parlamentos, conselhos municipais, pelos seus próprios órgãos de classe, os conselhos de operários e soldados. Precisa ocupar todos os postos, controlar todas as funções, aferir todas as necessidades do Estado, pelos próprios interesses de classe e pelas tarefas socialistas. E só por uma influência recíproca constante, entre as massas populares e seus organismos, os conselhos de trabalhadores e de soldados, é que a atividade das massas pode insuflar ao Estado um espírito socialista.

Podemos perceber aqui a importância que Rosa dava aos conselhos considerando-os substitutos dos órgãos legislativos e executivos oficiais. A grande inovação dos conselhos era fazer a massa deixar de acreditar nas instituições oficiais, que faziam política em função de interesses privados, e ser ela mesma portadora de seu

⁷⁷ Este texto, apesar de muito curto, é de importância crucial para compreendermos a concepção de socialismo democrático de Rosa. Nettl considera *O que Quer a Liga Spartakus?* como “o conciso resumo da obra da sua vida” (Nettl, 1974, p. 554).

⁷⁸ Em fim do mês de dezembro de 1918 ocorreu em Berlim a Conferência Nacional Spartakista, como resposta à recusa do USPD em convocar um congresso em que os Spartakistas pudessem expressar suas posições. Esta conferência acabou por se transformar no congresso de fundação do Partido Comunista Alemão.

⁷⁹ Luxemburg, 1991a, p. 102.

próprio destino, exercendo as funções legislativas e executivas, fazendo e ao mesmo tempo aplicando as leis. Assim, Rosa propõe um conjunto de medidas políticas necessárias para fazer da Revolução Alemã uma revolução socialista baseada no poder dos conselhos⁸⁰:

Supressão de todos os parlamentos e conselhos municipais, cujas funções serão preenchidas pelos conselhos de operários e de soldados, assim como pelos comitês e órgãos por eles designados.

Eleição de conselhos de operários em toda a Alemanha pelo conjunto do operariado adulto dos dois sexos, na cidade e no campo, por empresa: eleição de conselhos de soldados pela tropa, exceto os oficiais e os *kapitulanten*; direito dos operários e soldados de, a todo momento, revogarem os mandatos dos seus representantes.

Eleição de delegados dos conselhos de operários e de soldados em todo o Reich para o *Conselho Central (Zentralrat)* dos conselhos de operários e de soldados que, por sua vez, elegerá um Comitê Executivo (*Vollzugsrat*): este será o organismo supremo dos Poderes Legislativo e Executivo.

O Conselho Central reunir-se-á, no mínimo, uma vez a cada três meses – sempre com reeleição dos delegados –, a fim de exercer um controle permanente sobre a atividade do Comitê Executivo e de estabelecer um contato vivo entre a massa dos conselhos de operários e de soldados de todo o Reich, e o organismo governamental supremo que os representa. Os conselhos de operários e de soldados locais têm o direito, a todo momento, de revogar os mandatos e de substituir seus delegados no Conselho Central, no caso destes não agirem de acordo com o mandato que lhes foi dado. O Comitê Executivo tem o direito de nomear e depor os Comissários do povo (*Volksbeauftragten*), assim como as autoridades centrais do Reich e os funcionários.

É preciso ressaltar a importância do princípio da revogabilidade no funcionamento dos conselhos. Ao ter como preceito fundamental um mandato revogável a qualquer instante por decisão da base dos conselhos, o delegado fica sujeito ao controle permanente de suas ações pela base que o elegeu. Esta é uma maneira de impedir, ou ao menos reduzir drasticamente, a possibilidade de o delegado eleito impor seus interesses privados contra os interesses da maioria que o elegeu. O risco de corrupção é diminuído e a base tem o poder de controlar melhor seus interesses nos órgãos deliberativos. Assim, o mandato revogável é um instrumento político que

⁸⁰ Idem, pp. 106-107.

permite participação efetiva da base, da maioria das pessoas envolvidas no processo político.

Ora, a questão do conselho como sede de um novo poder entra em choque com a existência do parlamento (ao menos o parlamento nos moldes tradicionais, como centro do Poder Legislativo). Na Alemanha de 1918, isto não foi diferente. Há, nesta questão, uma peculiaridade nas posições de Rosa que é preciso esclarecer. Nesse aspecto, a sua postura apresenta aparente contradição. Rosa nunca foi defensora do parlamento como órgão supremo das decisões políticas. Porém, também nunca executou a existência desse órgão. Já em *Reforma ou Revolução?*, ela defendia a participação política nas estruturas de poder burguesas desde que não se perdesse de vista o horizonte revolucionário. Sem isso, a política socialista cairia no mero reformismo.

A Alemanha tinha um longo caminho a percorrer para a eleição de um parlamento justo, dado que nem sequer havia, em 1918, sufrágio universal⁸¹. A eleição de um parlamento, ou Assembléia Constituinte, capaz de fazer uma constituição para a recém-nascida República, era naquele momento a principal questão da Alemanha, e a principal bandeira do SPD recém-chegado ao poder.

Para Rosa, a Assembléia Constituinte, naquele instante, representava retrocesso e vitória das forças conservadoras. É preciso lembrar que suas posições políticas eram frutos de sua análise da conjuntura do momento. Porém, pouco antes ela havia repreendido, em *A Revolução Russa*, os bolcheviques por terem fechado a Duma, parlamento russo durante a revolução de outubro de 1917. Na Rússia, fechar o parlamento significava impedir a participação popular. Segundo Rosa, quanto maior a participação popular, mais democrática é a sociedade. É melhor um parlamento democrático, mesmo que com suas inúmeras limitações, do que um parlamento repleto de “múrias mais que ressequidas”⁸². Além disso, o próprio parlamento burguês também pode ensinar a massa, através das “divertidíssimas cabriolas dos ‘representantes do povo’”⁸³, ou seja, a política tradicional, ao ser efetuada, mostra à massa as suas limitações, e a faz perceber o quanto ela é inoperante.

Há, portanto, uma influência do estado de espírito da massa nos organismos eleitos. Rosa escreve⁸⁴:

⁸¹ Rosa sempre foi defensora do sufrágio universal.

⁸² Luxemburg, 1991, p. 87b.

⁸³ Idem. Ibidem.

⁸⁴ Idem. Ibidem.

Esta influência constantemente viva do estado de espírito e da maturidade política das massas sobre os organismos eleitos seria impotente, precisamente numa revolução, perante o esquema rígido das divisas dos partidos e de suas listas eleitorais? Bem ao contrário! É justamente a revolução que por sua efervescência e seu ardor cria essa atmosfera política leve, vibrante, receptiva na qual as vagas do estado de espírito popular, a pulsação da vida do povo influem instantaneamente e do modo mais extraordinário sobre os organismos representativos. É justamente nisso que se fundam sempre as cenas célebres e impressionantes, no início de todas as revoluções, em que velhos parlamentos reacionários ou muito moderados, eleitos sob o antigo regime por um sufrágio restrito, transformam-se subitamente em porta-vozes heróicos da insurreição, em revolucionários românticos e impetuosos (*Stürmer und Dränger*).

Como explicar, desse modo, a posição contrária de Rosa à eleição de uma Assembléia Constituinte na Alemanha durante a revolução?

Novamente é preciso, neste caso, nos remetermos à conjuntura do momento. O mês seguinte após a proclamação da República em novembro de 1918 foi marcado pelo debate acerca de quem deveria exercer o poder, os conselhos de operários e de soldados ou a Assembléia Constituinte, que deveria ser eleita e teria a incumbência de definir o futuro político da Alemanha.

Apesar das falhas na organização, os revolucionários alemães tiveram, nos conselhos de operários e soldados, um “papel muito mais importante do que os bolcheviques nos soviets”⁸⁵ de fevereiro de 1917, já que eles protagonizaram no interior desses conselhos um debate político acerca do poder, isto é, como deveria ser governada a Alemanha após a revolução. Ainda para Pierre Broué, as chances de uma revolução soviética na Alemanha a partir de 9 de novembro pareciam mais sérias que as apresentadas durante a revolução de fevereiro de 1917 na Rússia. Isso demonstra o papel fundamental dos conselhos nos primeiros meses da Revolução Alemã. E, além disso, mostra que os conselhos na Alemanha não foram organismos efêmeros frutos da paixão romântica de um punhado de revolucionários.

A ebulição revolucionária alemã parecia, à primeira vista, mais forte e avassaladora do que a situação que desencadeou a Revolução Russa. Porém, o papel desempenhado pelos conselhos não foi revolucionário como se esperava deles. Para Claude Klein⁸⁶:

⁸⁵ Broué, 1971, p. 162.

⁸⁶ Klein, 1995, p. 24.

[...] ao contrário, talvez não seja exagero afirmar que, na maioria das vezes, eles de boa fé serviram de aval revolucionário para um governo cuja maior preocupação era precisamente frear a revolução; e esta se limitara, pelo menos para os socialistas majoritários, à mudança de chanceler.

Assim, podemos dizer que a disputa entre Assembléia Constituinte e conselhos na Alemanha é também expressão de uma disputa que havia sido iniciada anos antes no interior do SPD, entre os reformistas e os revolucionários. Dizer simplesmente que os majoritários do SPD se voltaram para os interesses da burguesia é reduzir a questão. De fato, os majoritários durante a Revolução Alemã tiveram o papel de diluir a onda revolucionária, mas não porque eram meros lacaios da burguesia, mas principalmente porque para eles a organização e a manutenção da ordem social eram mais importantes, e naquele momento a revolução era uma ameaça séria contra esses valores. Conforme nos esclarece Barrington Moore⁸⁷:

Como burocratas e, em muitos sentidos, como bons patriotas alemães, os dirigentes do SPD e dos sindicatos não queriam a fome, a desordem e o desemprego em massa, pois quanto mais generalizadas fossem essas condições, mais eles perderiam terreno para seus concorrentes radicais no que diz respeito à lealdade da classe trabalhadora.

Portanto, na avaliação política da época, havia uma polarização entre os conselhos de um lado e o parlamento do outro. Aos olhos do SPD, os conselhos são uma ameaça iminente, pois representam a revolução em curso. Contudo, ao mesmo tempo não podem ser duramente reprimidos, já que contam com o apoio de setores importantes das classes trabalhadoras. A solução encontrada foi enfraquecê-los, desviar sutilmente o poder que deveria ser exercido por eles e conferi-lo ao Poder Executivo na figura do chanceler. A Assembléia Constituinte era a chance que o SPD esperava para ratificar o seu governo e garantir a sua vitória política, da maneira que eles mais acreditavam, a via eleitoral. A tática dos majoritários foi, desse modo, servir aos conselhos para modificar a situação. O principal objetivo dos majoritários era restaurar a ordem e retomar a produção o mais rapidamente possível, sob os moldes de um regime parlamentar ou liberal capitalista.

⁸⁷ Moore, 1987, p. 411.

Assim, defender os conselhos era defender a continuidade da revolução, e ser contra as eleições para a Assembléia Constituinte não significava ser contrário à existência do parlamento em si, mas ser contra o freio que os majoritários do SPD estavam impondo à revolução. Rosa tinha clareza a respeito dessa dualidade. Por isso ela sempre esteve do lado dos conselhos na Revolução Alemã. Para ela estes eram a opção pela via revolucionária, apesar dos seus equívocos⁸⁸. Por isso, era preciso que a massa ocupasse o poder deixado pelo antigo regime. Ela menciona no texto *O que Quer a Liga Spartakus?* como uma das medidas para assegurar o triunfo da revolução: “Substituição de todos os órgãos políticos e de todas as autoridades do antigo regime por homens de confiança dos conselhos de operários e de soldados”⁸⁹.

No entanto, optar por deixar o poder para os conselhos não significa que Rosa não tivesse consciência das imensas dificuldades de se fazer uma revolução socialista numa sociedade como a Alemanha do início do século XX. Ocupar o poder exige que a grande massa participe ativamente desse processo. Ela mesma repreende os militantes da Liga Spartakus, lembrando-lhes que a revolução é um processo lento, e que necessita de muitos outros fatores além somente da vontade de uma minoria⁹⁰:

Estou convencida de que vocês querem construir o seu radicalismo de maneira um tanto cômoda e rápida; sobretudo os gritos de “votar depressa!” mostram isso. A maturidade e a seriedade não se encontram nesta sala. Estou firmemente convencida de que esse é um assunto sobre o qual precisamos refletir e que deve ser tratado calmamente. Fomos chamados a realizar as maiores tarefas da história universal, e não é demais refletir, de forma madura e fundamentada, sobre os passos a dar para estarmos seguros de alcançar nosso fim. Não se podem tomar decisões tão importantes de maneira tão precipitada. Sinto falta de reflexão, de seriedade, as quais não devem de forma alguma ser excluídas do élan revolucionário.

⁸⁸ A criação dos conselhos foi iniciativa espontânea dos operários e dos soldados alemães. Esse movimento, apesar da intensidade, teve uma posição política muito moderada. Em meados do mês de dezembro foi realizado em Berlim o Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados. Este congresso representou o ponto alto do movimento e, ao mesmo tempo, “sua abdicação enquanto força revolucionária ou liberalizante” (Moore, 1987, p. 415). O congresso, que teve participação pequena dos Spartakistas (Rosa e Liebknecht nem sequer foram eleitos delegados), aprovou por imensa maioria a convocação de eleições para a Assembléia Constituinte, a ser realizada no mês de janeiro. Esta era a principal bandeira do SPD. Este fato, como descreve a maioria dos historiadores, marcou o início do fim do movimento dos conselhos, fim este decretado pelo próprio movimento dos conselhos. Por isso muitos historiadores descrevem este acontecimento como um “suicídio político” dos trabalhadores alemães.

⁸⁹ Luxemburg, 1991a, p. 106.

⁹⁰ Luxemburg, 2004, p. 306.

Tomar o poder para Rosa significava que a grande massa ratificasse o projeto revolucionário. É uma tarefa histórica que deve envolver a maioria dos trabalhadores. Um pequeno grupo não pode tomar o poder e impor um projeto revolucionário a toda a nação⁹¹. Esta revolução partiria de um ponto errado.

Fazer a revolução é, segundo Rosa, a maior tarefa que a história impôs a uma classe. E esta tarefa exige tempo e reflexão Ela escreve⁹²:

A realização da sociedade socialista é a mais grandiosa tarefa que, na história do mundo, já coube a uma classe e a uma revolução. Esta tarefa exige uma completa transformação do Estado e uma completa mudança dos fundamentos econômicos e sociais da sociedade.

Esta transformação e esta mudança não podem ser decretadas por nenhuma autoridade, comissão ou Parlamento: só a própria massa popular pode empreendê-la e realizá-la.

Em contrapartida, a tarefa do socialismo não pode ser cumprida se as massas não agem. Isto é, para Rosa, é preciso haver uma união entre a ação e a reflexão. Nesse sentido é que a espontaneidade revolucionária é tão valorizada por ela; é o modo de ação das massas oprimidas. E o movimento dos conselhos na Alemanha significava para ela a encarnação do processo revolucionário.

A tomada brusca do poder, a declaração violenta de guerra contra a burguesia, o terror e o assassinato são criticados por Rosa. Para ela revolução não significa violência. Esta vem normalmente da repressão, da ação da contra-revolução⁹³. Para ela:

A revolução proletária não precisa do terror para realizar seus fins, ela odeia e abomina o assassinato. Ela não precisa desses meios de luta porque não combate indivíduos, mas instituições, porque não entra na arena cheia de ilusões ingênuas que, perdidas, levariam a uma vingança sangrenta. Não é a tentativa desesperada de uma minoria de moldar o mundo à força, de acordo com o seu ideal, mas a ação da grande massa dos milhões de homens do povo, chamada a cumprir sua missão histórica e a fazer da necessidade uma realidade.

Mas a revolução proletária é, ao mesmo tempo, o dobre de finados de toda a servidão e de toda a opressão⁹⁴.

⁹¹ Por isso Rosa, mesmo sendo contrária às eleições para a Assembléia Constituinte, quando viu a massa apoiando-as no congresso dos conselhos, defendeu a participação do recém-fundado KPD nas eleições, e não o boicote, como queria a maior parte dos militantes do partido. Porém, sua posição foi vencida pela base do KPD.

⁹² Luxemburg, 1991, p. 101a.

⁹³ Como de fato aconteceu no episódio do assassinato de Rosa.

⁹⁴ Luxemburg, 1991, p. 103a.

A guerra produziu seqüelas que só poderiam ser revertidas pela revolução socialista. Era preciso estimular novas formas de produção, defender novas formas de administração política, enfim, criar condições para a massa se autogovernar, pois nisso consiste o socialismo. Rosa escreve: “A essência da sociedade socialista consiste no seguinte: a grande massa trabalhadora deixa de ser uma massa governada, para viver ela mesma a vida política e econômica na sua totalidade, e para orientá-la por uma autodeterminação consciente e livre”⁹⁵.

Nesse sentido é que os conselhos de operários e soldados são fundamentais. Além de serem a face da revolução em curso na Alemanha, eles também possuem valor formativo essencial. Seu modo de operar estimula novas formas de administrar a vida humana, desde o abastecimento, a produção, o processo de se fazer as leis, até a administração da sociedade como um todo. Seu valor propedêutico reside em mostrar à massa valores que ou são negados, ou são desvalorizados na sociedade capitalista. Rosa tinha plena consciência do papel formativo dos conselhos. E aprender novos valores faz parte da construção da sociedade socialista. Rosa ainda escreve⁹⁶:

As massas proletárias devem aprender, de máquinas mortas que o capitalista instala no processo de produção, a tornar-se dirigentes autônomas desse processo, livres, que pensam. Devem adquirir o senso das responsabilidades, próprio de membros atuantes da coletividade (*Allgemeinheit*), única proprietária da totalidade da riqueza social. Precisam mostrar zelo sem chicote do patrão, máximo rendimento sem o contramestre capitalista, disciplina sem sujeição e ordem sem dominação. O mais elevado idealismo no interesse da coletividade (*Allgemeinheit*), a mais estrita autodisciplina, verdadeiro senso cívico das massas constituem o fundamento moral da sociedade socialista, assim como estupidez, egoísmo e corrupção são os fundamentos morais da sociedade capitalista.

Os conselhos são, como escreve Hannah Arendt, “o tesouro perdido da tradição revolucionária”. São mais do que formas revolucionárias efêmeras, que surgem durante a revolução e que tenderiam a desaparecer na medida em que esta se consolida. Eles são a própria revolução em curso. São ao mesmo tempo os meios e o fim da revolução.

Rosa Luxemburg tinha consciência do poder transformador dos conselhos. Sua morte precoce freou de modo abrupto uma possível reflexão mais elaborada sobre a

⁹⁵ Idem, p. 102.

⁹⁶ Idem, pp. 102-103.

questão. A importância dos conselhos como o centro da revolução foi o principal tema do pensamento político de Rosa nos seus últimos meses de vida.

Assim, podemos dizer que os conselhos condensam inúmeros quesitos fundamentais para a sociedade socialista. São espaços democráticos em que todos têm o mesmo direito não só ao voto, mas principalmente à palavra. O direito à opinião é fundamental para a constituição de uma esfera política sadia. E quanto mais intenso o confronto de opiniões, mais rica é a comunidade política. Podemos dizer que o dissenso é o pilar mais importante de uma sociedade democrática. E Rosa Luxemburg estruturou sua concepção de socialismo em torno do dissenso. Ora, os conselhos são o espaço, por excelência, do embate de idéias, mas, ainda, são o lugar onde as múltiplas idéias se transformam em propostas políticas efetivas.

Além disso, devemos ressaltar a importância do fato de que, nos conselhos, cada cidadão é também legislador. Ou seja, neste modo de gerir a sociedade, há aproximação entre as leis que organizam a sociedade e cada indivíduo particular. É a realização do ideal da *ágora*. A representação, um dos temas mais cruciais da política moderna, pode ser entendida num sistema de conselhos de maneira mais democrática. O espaço entre o indivíduo e seus representantes é, neste sistema, diminuído, tornando o processo não só legislativo, mas político como um todo, mais acessível à grande massa. Embora o sistema de conselhos não possa ser considerado como a solução definitiva para as muitas mazelas da política moderna, não podemos deixar de reconhecer que eles apontam um caminho.

Porém, como resalta Hannah Arendt, a experiência dos conselhos foi abandonada “pelos estadistas, historiadores, teóricos da política e, o que é mais significativo, pela própria tradição revolucionária”⁹⁷.

O sistema de conselhos confronta a política tradicional com uma forma de governo inteiramente nova, “com um novo espaço para a liberdade, constituído e organizado no próprio curso da revolução”, conforme descreve Hannah Arendt⁹⁸. Sua novidade consiste, segundo Arendt, no fato de que cada indivíduo é participante nos negócios do governo não apenas em dia de eleição, mas permanentemente. Para Arendt, “[...] ninguém podia ser chamado feliz se não partilhasse da felicidade pública, que ninguém podia ser chamado livre, se não tivesse experimentado a liberdade pública, e que ninguém podia ser chamado livre ou feliz sem participar e ter uma parte no poder

⁹⁷ Arendt, 1988, p. 199.

⁹⁸ Idem. Ibidem.

público”⁹⁹. Nesse sentido é que Hannah Arendt entende os conselhos como “espaços de liberdade”¹⁰⁰, isto é, uma forma de governo que inventou um espaço completamente novo para as relações políticas baseado na ampla liberdade dentro da administração pública. Com isso, em todos os movimentos revolucionários em que surgiram os conselhos (a Comuna de Paris em 1871, na Rússia de 1905 e 1917, a Alemanha de 1918 e posteriormente a Hungria de 1956), estes não se consideravam órgãos temporários da revolução, “ao contrário, envidaram todos os esforços para se firmarem como órgãos permanentes do governo”¹⁰¹. Todos esses movimentos reinventaram a relação entre o indivíduo privado e os assuntos públicos, de tal maneira que o indivíduo passou a ser parte atuante da vida pública, e desse modo se reconhece tanto como indivíduo quanto como membro de uma teia social.

Assim, podemos considerar o sistema de conselhos como mais do que um impulso revitalizador da vida pública. Para além disso, ele é uma nova forma de se constituir a vida pública. Eles são as células de um novo poder. Dessa forma, para Lucio Magri, “os conselhos [...] desde o início devem se propor como instrumentos de crescimento de um contrapoder social, órgãos de elaboração de conteúdos e de soluções alternativas, instrumentos de formação de novas aptidões de gestão e, portanto, de uma hegemonia real da classe operária”¹⁰².

Os conselhos têm a capacidade de fazer com que o sistema de domínio e opressão seja suprimido. Nesse aspecto, eles são mais que instrumentos de mudança, ou que válvulas de escape das insatisfações dos trabalhadores nos momentos de ebulição revolucionária. Para Magri¹⁰³:

Por certo, que quando se diz que os conselhos devem ser os órgãos de um novo estado em formação, se utiliza conscientemente uma definição insuficiente e contraditória. Eles são algo mais, órgãos e instrumentos de uma classe que tende não a afirmar seu próprio domínio, senão a suprimir-se a si mesma e a suprimir toda forma de domínio.

⁹⁹Idem, p. 204.

¹⁰⁰Idem. Ibidem.

¹⁰¹Idem, p. 211.

¹⁰²Magri, 1972, p. 32.

¹⁰³ Idem, p. 35.

Dessa forma, podemos dizer que há uma concorrência entre o sistema de conselhos e o sistema partidário¹⁰⁴. Os primeiros são, ao contrário deste último, órgãos espontâneos, que nascem no seio do povo no curso da revolução, e que propõem uma nova ordem social. Já o sistema partidário entende o processo político numa relação em que o conhecimento precede a ação. Ou seja, é preciso antes um programa partidário para o governo, para em seguida este programa ser implementado.

O sistema de conselhos, como salienta Hannah Arendt, ultrapassava todas as linhas partidárias, “permitindo que os membros dos vários partidos neles tomassem assento juntos, mas que essa filiação partidária não tivesse tido absolutamente nenhuma influência. Eles eram, de fato, os únicos órgãos políticos acessíveis às pessoas que não pertenciam a qualquer partido”¹⁰⁵.

A democracia exercida nos conselhos se dá de forma mais horizontal, isto é, não pressupõe que as divergências políticas, e partidárias, se tornem barreiras no exercício da política, e nem permitem que grupos partidários que almejam alcançar o poder possam competir entre si. A lógica interna dos conselhos se pauta no debate constante que constrói propostas para serem efetivadas, independentemente das filiações. O exercício da política se dá através de pessoas, e não de grupos políticos ideologicamente ligados. Não há, dessa forma, uma disputa pelo poder, já que este está descentralizado, nas mãos de todos.

Já num sistema partidário, a estrutura de poder é mais verticalizada e hierárquica, e o debate político gira em torno das divergências ideológicas de diversos

¹⁰⁴ Há alguns exemplos de coexistência entre o sistema de conselhos e o sistema partidário, mas, de certo modo, a convivência entre os dois sempre foi conflituosa. Na Rússia de 1917, os soviets desempenharam papel fundamental na tomada do poder pelos bolcheviques, mas, ao longo do tempo, foram sendo atrelados ao Estado, transformando-se em veículos de transmissão das ordens de cima para baixo. Segundo Maurício Tragtenberg, “ao perderem sua autonomia, os soviets desaparecem como representativos do proletariado. Lênin e Trotsky criam algo original: uma república soviética sem soviets!” (cf. Tragtenberg, 1986, p. 35). Na Alemanha revolucionária, Kurt Eisner também propunha a convivência entre parlamento e conselhos. Segundo Loureiro, “para ele, os conselhos eram os alicerces da democracia, o que permitiria uma crescente democratização interna do país e impediria o fortalecimento da reação. Os conselhos seriam um meio de educar politicamente as massas, na medida em que exerceriam funções de controle de toda a vida pública. Não era claro como o sistema deveria funcionar, a não ser que conselhos e Parlamento deveriam conviver num sistema equilibrado de divisão de poderes, em que caberia aos conselhos a tarefa de co-dirigir o Parlamento e representar diretamente a vontade popular, enquanto o Parlamento mantinha suas funções legislativas, apesar de não poder agir de forma totalmente independente dos conselhos” (cf. Loureiro, 2005, p. 90). O sistema de conselhos e o sistema representativo são, de certo modo, antagônicos, e a experiência histórica ressalta o fato de que, para um deles existir, o outro é enfraquecido. Eisner, quando propunha uma relação mútua entre os dois sistemas, não conseguia estabelecer como se daria essa relação. Esta é possível em períodos de ruptura histórica, como a Revolução Russa de 1917 ou a Alemã, mas a convivência entre conselhos e parlamento a longo prazo tende a suprimir um dos sistemas em função do outro, já que, em certa medida, as duas propostas fazem usos distintos do poder instituído, um concentrando o poder, e o outro distribuindo.

¹⁰⁵ Arendt, 1988, p. 210.

grupos. Os conselhos são mais democráticos que os sistemas partidários, pois têm o poder de envolver, de modo mais direto, as pessoas no debate político.

A forma de entender a democracia no sistema partidário separa a ação da execução. A ação, em especial a ação espontânea, é menosprezada, por mais revolucionário que seja o partido, pois segundo a lógica deste modo de fazer política, o programa partidário vê a ação como consequência de suas posições, e, nesse sentido, a ação revolucionária é nada menos que a execução de um programa revolucionário. Assim, as idéias de Rosa acerca da relação entre partido e massas têm muito a contribuir, conforme aponta Hannah Arendt¹⁰⁶:

A essa altura dos acontecimentos, isto é, em pleno curso da revolução, eram os programas partidários, mais que qualquer outra coisa, que separavam os conselhos dos partidos, pois esses programas, por mais revolucionários que fossem, eram sempre “*receitas adrede preparadas*”, que requeriam execução e não ação “para serem colocadas rigorosamente em prática”, como salientou Rosa Luxemburg, demonstrando uma clarividência espantosa acerca das questões em pauta.

Assim, ainda segundo Arendt, “os conselhos estavam fadados a se tornarem supérfluos, caso prevalecesse o espírito do partido revolucionário”¹⁰⁷. Em certa medida, podemos afirmar que o sistema de conselhos compete com o sistema partidário. A vitória de um significa a supressão do outro. Ao menos um modelo de partido nos moldes da concepção de Lênin, em que o partido representava a dianteira revolucionária, a vanguarda esclarecida capaz de bem conduzir o proletariado.

Rosa Luxemburg, portanto, via nos conselhos uma saída não só para a Revolução Alemã, mas também para o socialismo. Os conselhos são a resposta dos trabalhadores para se oporem ao sistema de opressão, seja do capitalismo, seja do autoritarismo (como ocorreu na Revolução Húngara de 1956). E Luxemburg, por ter sido uma autora que sempre defendeu as formas de ação espontâneas do operariado como as formas mais genuínas da revolução, não poderia desprezar a solução democrática dada pelos trabalhadores na formação dos conselhos.

Porém, apesar de estar do lado das formas revolucionárias espontâneas da massa, Rosa Luxemburg não menosprezou o lugar do partido político. Ao contrário, encontrou uma solução capaz de juntar no mesmo todo tanto as formas espontâneas, como os

¹⁰⁶ Idem, pp. 210-211.

¹⁰⁷ Idem, p. 210.

conselhos, quanto o papel desempenhado pelo partido em relação à revolução e em relação à grande massa. A concepção de partido de Rosa Luxemburg é o tema que passaremos a abordar no próximo capítulo.

CAPÍTULO III. Organização e revolução

Algumas semanas antes da sua morte, Rosa Luxemburg escreve no texto *O que Quer a Liga Spartakus?*¹⁰⁸:

A Liga Spartakus nunca tomará o poder a não ser pela vontade clara e inequívoca da grande maioria da massa proletária em toda a Alemanha. Ela só tomará o poder se essa massa aprovar conscientemente os projetos, objetivos e métodos de luta da Liga Spartakus.

Esta declaração demonstra a preocupação de nossa autora em jamais afastar os objetivos da luta pelo socialismo da vontade ativa da grande massa trabalhadora. Em outras palavras, para Rosa, o socialismo só pode ser fruto da vontade das massas. Sem isso, qualquer projeto revolucionário estaria fadado ao fracasso. A revolução para ela é produto de um movimento coletivo, decidido em todas as instâncias pela vontade ativa da maioria. É, portanto, um processo democrático, que envolve a coletividade para ser efetivado.

Assim, ao propor que qualquer ação da Liga Spartakus, e posteriormente do KPD, fosse fruto da aprovação da ampla maioria dos trabalhadores, Luxemburg expressa sua posição política com relação à revolução e ao papel desempenhado pelas organizações revolucionárias. Se a verdadeira protagonista da revolução é, segundo ela, somente a massa, que cria os caminhos necessários

¹⁰⁸ Luxemburg, 1991a, p. 110.

para expressar os seus múltiplos desejos, então qual o lugar ocupado pelas organizações de esquerda no pensamento de nossa autora? Não seria incoerente de sua parte passar a vida militando no interior de organizações partidárias sem dar a elas nenhuma ou tão pouca importância?

O partido político foi tema das reflexões de Rosa. Desde o início de sua carreira política, ela já expressava qual deveria ser a posição do partido frente a algo tão grandioso quanto a revolução. Em 1906, no texto *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, ela escreve sobre a relação do partido com as greves de massas de 1905:

A tarefa mais importante de “direção” no período de greve consiste em dar um sentido à batalha, apontar uma tendência; em estabelecer a *tática* da luta política de maneira que em cada fase e em cada momento se mobilize e seja ativa toda potência de que o proletariado dispõe; que esta tática se manifeste na atitude combativa do Partido e que a tática do socialismo não se encontre jamais *por baixo* dos níveis das relações de força existentes, mas que, ao contrário, se situe por cima deste nível. Assim, esta direção se transforma por si mesma, em certa medida, numa direção técnica.

O partido tem como tarefa, segundo Luxemburg, apontar um caminho para a luta dos trabalhadores, e não determinar o caminho da luta. Ele deve estar lado a lado com a massa, exercendo um trabalho diário pela revolução. Sua missão consiste em orientar, em esclarecer a massa, esta sim o personagem principal da revolução. É principalmente sabendo indicar a melhor tática para a revolução que o partido exerce seu maior papel. Em *A Crise da Social-democracia*¹⁰⁹, Rosa descreve sua concepção endereçando suas críticas ao SPD, por sua posição incoerente em relação à guerra. Ela escreve:

O mais importante papel de “direção” no período da greve de massas consiste em dar a palavra de ordem da luta, em orientá-la, em regular a tática da luta política de tal modo que, em cada fase e a cada instante do combate, seja realizada e posta em ação a totalidade da força do proletariado, já decidido e lançado na batalha, e que esta força se exprima pela posição do partido na luta; é necessário que a tática da social-democracia nunca se encontre, quanto à energia e à precisão de forças em presença.

¹⁰⁹Luxemburg, 1998, p. 145.

E mais adiante¹¹⁰:

[...], mas que, pelo contrário, ela ultrapasse este nível; então, esta direção política transformar-se-á automaticamente em certa medida numa direção técnica. Uma tática socialista conseqüente, resoluto, sempre à frente, provoca na massa um sentimento de segurança, de confiança, de combatividade; uma tática hesitante, fraca, fundada numa subestimação de forças do proletariado, paralisa e desorienta a massa. No primeiro caso, as greves em massa rebentam “espontaneamente” e sempre “em tempo oportuno”; no segundo caso, a direção do partido bem pode convidar diretamente à greve – é em vão.

Dar a tônica da luta, isto é, indicar um caminho possível: eis a principal tarefa do partido político para Rosa. A direção exercida sobre a massa deve ser, segundo ela, eminentemente técnica, isto é, uma direção que trabalha junto da massa, numa colaboração mútua, e que não imponha suas deliberações sobre a vontade da massa. O partido não deve se impor à frente da massa, como se fosse o portador da vontade coletiva. Ao contrário, ele aprende com os movimentos dela e ao mesmo tempo busca orientá-la.

Não há nas idéias políticas de Rosa Luxemburg um partido que seja a vanguarda esclarecida do proletariado. Para ela, se alguém é portador de alguma verdade, este alguém é a massa. Cabe ao partido apenas o papel de agitar, esclarecer, manter vivo o debate, apontar caminhos e soluções. Cabe à massa ser o sujeito histórico revolucionário. Ela é portadora do potencial transformador da sociedade. O partido, na sua prática política, não pode perder de vista o objetivo socialista. E, ao mesmo tempo, não pode impor uma via de acesso mais correta para o socialismo. Nesse sentido, Rosa escreve¹¹¹:

É igualmente importante para a social-democracia, não a previsão nem a construção prévia de uma receita pronta para a tática futura, mas manter viva, no partido, a avaliação histórica correta das formas de luta vigentes, manter vivo o sentimento de relatividade da atual fase da luta e da necessária intensificação dos momentos revolucionários, a partir do ponto de vista do objetivo final da luta de classes proletária.

¹¹⁰Idem. Ibidem.

¹¹¹ Luxemburg, 1991c, p. 48.

A concepção de partido de Rosa reduz a atuação deste em relação à massa. Ao contrário da prática dos partidos de esquerda da época, Rosa tirava um pouco o peso da influência dos partidos sobre a massa, colocando-os numa posição de coadjuvante, em vez da de protagonista, como era comum nos anos em que ela viveu.

Com isso, devemos ressaltar outra faceta do pensamento político de nossa autora: sua concepção de política está profundamente imbricada na análise dos problemas de seu tempo, ou seja, suas idéias acerca da política são produtos daquilo que ela vivenciava na vida política. Não há em Rosa um conceito *a priori* de partido e organização, ou uma idéia abstrata sem um correspondente ancorado no real. Suas idéias de partido remetem tanto à social-democracia alemã (SPD) como às experiências da social-democracia russa (POSDR).

Além disso, para ela, se o papel do partido é orientar, apontar o melhor caminho, a tarefa do revolucionário deve estar firmemente ancorada nas questões de conjuntura. Para bem orientar é preciso saber analisar bem e poder aproveitar as melhores oportunidades. Nesse sentido, podemos afirmar que as idéias políticas de Rosa constituem uma *realpolitik* revolucionária, ou seja, uma política orientada à revolução e ao mesmo tempo enraizada nas questões do presente.

Para ela, era preciso sempre pensar as questões do presente e ir atrás das melhores oportunidades para direcionar a revolução. Numa de suas passagens mais famosas, quando Rosa assiste perplexa ao apoio do proletariado aos desvários da Primeira Guerra, ela não se dá por vencida, e insiste que a massa deve aprender com os seus próprios erros. Ela escreve: “Mas não estamos perdidos e venceremos, contanto que não tenhamos desaprendido de aprender”¹¹².

Ora, se para Rosa é preciso sempre tirar lições do presente, aprender com os erros, e saber reverter uma situação caótica numa situação em proveito da causa revolucionária, o partido político desempenha papel fundamental nessa tarefa. A ele cabe a função de apontar as brechas históricas para a revolução, a qual deve ser missão a ser cumprida pela massa, pela ampla maioria dos trabalhadores. O partido não pode tomar o poder e declarar o socialismo, pois a base da sociedade socialista reside na massa, e não num grupo de revolucionários dentro de um partido. Ela ainda escreve: “[...] em toda revolução, o único partido

¹¹² Idem, p. 23.

capaz de conquistar a direção e o poder é aquele que tem a coragem de lançar palavras de ordem mobilizadoras e de tirar daí todas as conseqüências”¹¹³. Rosa sempre se colocou contra as concepções centralistas de partido.

Para ela, a emancipação socialista só podia acontecer se o proletariado também se emancipasse. E o caminho para essa emancipação é pela prática. Desse modo, o partido e toda a sua atuação devem estar voltados para o crescimento da autoconsciência dos trabalhadores e da ação política. Segundo Jörn Schütrumpf: “O partido devia fazer propostas à classe trabalhadora e deixar que ela decidisse, mesmo correndo o risco da rejeição, e isso tinha que ser aceito”¹¹⁴. Desse modo, cabe ao partido estar ao lado do proletariado no seu trabalho de auto-emancipação. A consciência de classe para Rosa não pode vir senão da ação dos próprios trabalhadores, e não de uma organização que exporta esta consciência para o seio da classe operária.

Assim, algumas posições de Lênin são alvo das críticas de Rosa, especialmente em relação à posição do partido político junto das massas e ao papel desempenhado pelas organizações no processo da revolução. No artigo “Questões de Organização da Social-democracia Russa”, publicado entre 1903 e 1904, nossa autora explicita os pontos de suas críticas, bem como apresenta a sua concepção de partido.

O principal alvo de Rosa é a concepção centralista de partido. Para ela¹¹⁵:

O princípio vital deste centralismo consiste, por um lado, em salientar fortemente a separação entre os grupos organizados de revolucionários declarados, ativos, e o meio desorganizado – ainda que revolucionário e ativo – que os cerca. Por outro lado, consiste na rigorosa disciplina e na interferência direta, decisiva e determinante das autoridades centrais em todas as manifestações vitais das organizações locais do partido.

Esta concepção leva a outra, em que, segundo Rosa, “o comitê central aparece como o verdadeiro núcleo ativo do partido, e todas as demais organizações apenas como seus instrumentos executivos”¹¹⁶. Ora, o maior perigo desta concepção centralista é que ela separa um comitê central, responsável por

¹¹³ Luxemburg, 1991b, p. 71.

¹¹⁴ Schütrumpf, 2006, p. 46.

¹¹⁵ Luxemburg, 1991c, p. 40.

¹¹⁶ Idem, p. 41.

traçar as táticas e os objetivos do movimento, das células do partido, que devem se submeter cegamente às orientações deste comitê.

De fato, Rosa e Lênin, apesar de se admirarem mutuamente¹¹⁷, têm perspectivas opostas em algumas questões. Quanto à concepção de partido político, ou de organização revolucionária, ambos partem de pontos de vista contrários. Se para Rosa a espontaneidade revolucionária é fundamental para a luta socialista, já que é capaz de construir um novo poder, e dar à organização revolucionária um papel diferente, para Lênin essa espontaneidade é vista com desconfiança. Para ele, “a ‘vida’ cria muito menos organizações eficientes de revolucionários do que as que são necessárias ao movimento operário”¹¹⁸.

Lênin acredita que a organização revolucionária é fundamental para a revolução socialista. É através dela que o movimento socialista se articula, e por isso o partido deve ser o mais organizado e eficiente possível. Ele ainda escreve: “Exprimo assim, de maneira absolutamente clara e precisa, o meu desejo, a minha exigência de que o partido, como destacamento de vanguarda da classe, seja algo o mais organizado possível”¹¹⁹.

Além disso, segundo Lênin, a consciência política era algo que era levado aos trabalhadores por uma vanguarda revolucionária que se dedicava exclusivamente ao trabalho em prol da revolução. A experiência viva, que para Rosa era a fonte da consciência de classe, é deixada em segundo plano por Lênin. Ele escreve: “A consciência política de classe não pode ser levada ao operariado senão do exterior, isto é, do exterior da esfera econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões”¹²⁰. Assim, a concepção de partido de Lênin exige um alto grau de organização, que faz com que o partido seja muito eficiente, e desse modo seja possível transmitir melhor a consciência dos revolucionários do partido à classe trabalhadora.

¹¹⁷ Apesar das desavenças teóricas, Lênin sempre admirou Rosa Luxemburg. Em 1922, ele escreveu sobre ela por ocasião da publicação póstuma de seus escritos: “É possível que as águias voem mais baixo que as galinhas, mas uma galinha jamais pode alçar vôo como uma águia. [...] Mas, apesar de seus erros, Rosa foi – e para nós continua sendo – uma águia. E não apenas os comunistas de todo o mundo veneram sua memória, mas também sua biografia e suas obras completas [...] serão manuais úteis para a educação de muitas gerações de comunistas de todo o mundo” (Apud Vares, 1988, pp. 78-79). Os erros citados por Lênin podem ser melhor analisados à luz dos acontecimentos contemporâneos, mas seu comentário ressalta a admiração que ele possuía por Rosa, não apenas como militante, mas como teórica do movimento socialista da sua época.

¹¹⁸ Lênin, 1984, p. 67.

¹¹⁹ Idem, p. 55.

¹²⁰ Lênin, 1978, pp. 62-63.

Essa concepção inverte a relação saudável entre organização e massa segundo Luxemburg. Nesse caso, as decisões vêm do alto comando e cabe à massa somente a execução. Para Rosa a relação partido–massa deve ser justamente o oposto. A ação do partido nasce do seio das massas, numa deliberação coletiva. O partido é fruto da luta de classes, e suas ações dependem das decisões da massa. A direção centralista separa um grupo supostamente esclarecido do bojo da massa, organizada ou não. O perigo dessa separação é esse grupo organizado passar a ditar as leis e regras pelas quais a revolução deve se pautar. Ora, para Rosa não pode haver leis e regras para a revolução. Ela é produto da ação da massa, seja uma ação organizada ou espontânea. A separação proposital de um grupo dirigente da grande maioria leva ao burocratismo e à submissão cega da ampla maioria frente aos desígnios de um grupo supostamente esclarecido. Este tipo de relação, entre um grupo dirigente responsável por traçar as linhas de ação e a massa, cuja tarefa é cumprir estas linhas, é o oposto da concepção democrática de revolução de Luxemburg.

Para Schütrumpf, as duas tendências, a de Lênin e a de Rosa, concordavam que a esquerda social-internacionalista era a parte mais esclarecida do movimento dos trabalhadores, sendo assim o seu braço político. Ambas concordavam com a idéia de que quanto maior fosse a influência dessa esquerda sobre a massa trabalhadora, melhores as condições para a revolução (que também para ambos era uma missão da classe trabalhadora). Porém, segundo esse autor,

[...] enquanto Lênin pensava, de acordo com Karl Kautsky, que o proletariado não podia se tornar consciente por conta própria de que era portador do socialismo e, por isso, essa consciência tinha que ser introduzida “de fora”, para Rosa Luxemburg o socialismo não consistia em uma teoria da qual as pessoas se apropriavam para agir de acordo com ela como se fossem os dez mandamentos. Esclarecimento por meio de tutela não só era para ela profundamente repugnante, mas também no final das contas contradizia o ideal libertador do socialismo. A seu ver, o proletariado devia adquirir consciência de suas tarefas pela prática vivida – pela experiência dos próprios êxitos e ainda mais das próprias derrotas – e se convencer assim da alternativa entre socialismo e barbárie.

Para Luxemburg, organização, esclarecimento e luta não são processos separados. Ao contrário, são facetas de um mesmo processo. Não pode, portanto,

existir no movimento socialista uma fórmula pronta para a revolução, “receitas adrede preparadas” de um comitê central. As formas de luta, os caminhos que a luta deve tomar, são decisões da massa em movimento, e nem a melhor das vanguardas pode decidir isto por ela. Esta forma de decidir, de cima para baixo, pode redundar formas conspiratórias de ação, que são contrárias ao movimento socialista. Assim, Rosa escreve¹²¹:

Disso resulta que a centralização social-democrática não pode fundar-se na obediência cega, na subordinação mecânica dos militantes a um poder central, por outro lado, nunca se pode erguer uma parede divisória absoluta entre o núcleo do proletariado com consciência de classe, solidamente organizado no partido, e as camadas circundantes, já atingidas pela luta de classes, que se encontram em processo de esclarecimento de classe. O estabelecimento da centralização na social-democracia sobre esses dois princípios: a cega subordinação, até nos menores detalhes da atividade de todas as organizações partidárias a um poder central, que sozinho pensa, cria e decide por todos, assim como a rigorosa separação entre o núcleo organizado do partido e o meio revolucionário que o cerca, tal como é defendido por Lênin, parece-nos uma transposição mecânica dos princípios organizatórios do movimento blanquista de círculos de conspiradores para o movimento social-democrata das massas operárias.

A consciência de classe é, para Rosa, produto da luta. Ela não pode ser implantada de fora para dentro por um grupo esclarecido, mesmo que seja a melhor e mais bem intencionada das vanguardas. O partido político é, desse modo, reflexo do próprio movimento da massa, e os revolucionários esclarecidos, isto é, aqueles que se dedicam exclusivamente à causa da revolução, através do estudo, da agitação, da divulgação de idéias, do fomento ao debate, não podem se tornar uma camada dirigente, mas sim apenas uma camada capaz de observar melhor e indicar um caminho possível. Eles são parte do processo revolucionário, cuja função é somente propedêutica. A mola propulsora da revolução é apenas a massa proletária. Segundo Daniel Guérin¹²²:

É a massa que se torna, se assim se pode dizer, dirigente e seus “chefes” não são mais que “executantes”, instrumentos de sua “ação consciente”. Ao contrário de Lênin,

¹²¹ Idem, pp. 42- 43.

¹²² Guérin, 1982, p. 25.

para quem a espontaneidade equivalia, já vimos, a inconsciência, Rosa considera que a “inconsciência” da classe operária pertence a um passo acabado. O único ser a quem compete hoje o papel de dirigente é o eu coletivo (*das Massen – Ich*) da classe operária.

A idéia de um partido centralizado com uma disciplina imaculada é também prejudicial à própria formação política do proletariado. Para Rosa, era preciso romper com o “espírito de disciplina servil” do operariado, que é uma característica da sociedade burguesa, para proporcionar à massa a autodisciplina, este sim um valor importante para a sociedade socialista. A educação política da massa deve caminhar, segundo Luxemburg, para a autonomia. Ou seja, a capacidade de decidir por si mesmo, de cumprir as obrigações necessárias sem o chicote do patrão, sem instrumento algum de repressão, é o ideal político de Rosa para a massa trabalhadora. Além disso, para ela, autonomia é um processo de libertação que não condiz com uma postura centralizadora das organizações. Rosa escreve¹²³:

Não é partindo da disciplina nele inculcada pelo Estado capitalista, com a mera transferência da batuta da mão da burguesia para a de um comitê central social-democrata, mas pela quebra, pelo estirpamento desse espírito de disciplina servil, que o proletariado pode ser educado para a nova disciplina, a autodisciplina voluntária da social-democracia.

Isso nos leva à idéia de que, para Rosa, a emancipação social era, sobretudo, o produto de um aprendizado das massas, que quanto mais cultas e quanto mais instruídas elas estivessem no processo revolucionário, mais aptas estariam para se tornarem autônomas. E esta formação cultural se aprende, segundo nossa autora, no movimento, na ação, e não após a instituição do socialismo.

Schütrumpf¹²⁴ também comenta acerca desta questão: “para Rosa Luxemburg a emancipação não começava, como foi sempre o caso, apenas depois da conquista do poder (por via parlamentar ou revolucionária), e sim no movimento. No seu entender, ela era impensável sem a aquisição de uma formação cultural ampla”.

¹²³ Luxemburg, 1991c, p. 45.

¹²⁴ Shütrumpf, 2006, p. 45.

O centralismo conduz à formação de uma camada dirigente que se auto-intitula mais esclarecida e por isso se considera mais capacitada a orientar a massa. Para Rosa, esta *intelligentsia* pretensiosa é responsável pela burocratização, de um lado, e pela opressão, de outro. A concepção centralista subordina a massa às idéias de um pequeno grupo organizado, o que limita a sua capacidade de criar seus próprios meios de ação. Somente o movimento da massa pode ser o centro das transformações políticas. Rosa ainda escreve: “nada preserva de maneira mais segura o movimento operário de todos os abusos oportunistas por parte de uma *intelligentsia* ambiciosa quanto a atividade revolucionária autônoma do operariado, quanto o fortalecimento do seu sentimento de responsabilidade política”¹²⁵. Rosa quer evitar que a revolução seja um projeto de pequenos grupos que manobram a maioria. Para ela, a revolução ou é projeto da maioria ou é revolução deturpada por natureza.

As organizações devem refletir esta concepção. Rosa Luxemburg jamais pôs em dúvida a necessidade de um partido político na luta pelo poder. No entanto a tomada do poder deve ser fruto da “auto-organização espontânea das massas”¹²⁶, e o partido é, dessa forma, apenas mais um fator entre muitos outros. Para ela, “a evolução dialética viva, pelo contrário, considera que a organização nasce como um produto da luta”¹²⁷.

Segundo Negt, “[...] as organizações proletárias devem ser construídas ‘a partir de baixo’, de modo coerentemente democrático, para que possam realizar suas tarefas históricas: é uma visão do partido, definido com base em suas tarefas e não em meros princípios organizativos”¹²⁸.

Assim, a massa é “o único sujeito a que agora cabe o papel de dirigente”¹²⁹. Os erros da massa são, para Rosa, parte de um processo de aprendizado da dialética histórica, e seus erros são muito mais produtivos que os acertos do comitê central. Ela escreve: “os erros cometidos por um movimento operário verdadeiramente revolucionário são, do ponto de vista histórico, infinitamente mais fecundos e valiosos que a infalibilidade do melhor ‘comitê

¹²⁵ Idem, p. 55.

¹²⁶ Negt, 1984, p. 41.

¹²⁷ Luxemburg, 1970, p. 96.

¹²⁸ Idem. Ibidem.

¹²⁹ Guérin, 1982, p. 59.

central”¹³⁰. Assim, para Rosa, de nada vale a conquista do poder estatal se esta não for um projeto coletivo. Tomar o poder, por si só, sem que seja compartilhado e decidido pela massa, ou seja, o poder só para poucos, não é socialismo, por mais revolucionário que seja o grupo no poder e por mais radicais que sejam as medidas adotadas. Nesse sentido, Negt¹³¹ escreve:

O socialismo é a questão que mais diretamente diz respeito às massas; e, se essas o repelem, se não são envolvidas no processo revolucionário, por não sentirem que estão em jogo seus próprios interesses e crescimentos, de nada vale a melhor das vanguardas; e o resultado ainda que possa levar à conquista do poder estatal em consequência de uma conjuntura favorável qualquer será sempre um socialismo já corrompido ao nascer.

O pulso vivo da revolução é a massa. Ela é o centro irradiador do processo revolucionário, o sujeito capaz de dar forma à revolução, é quem escolhe os caminhos a serem percorridos. O partido político é a parte organizada da massa, o que não significa que esta parte seja portadora da verdade na revolução. Para Rosa, as ações aparentemente desorganizadas, as ações que surgem espontaneamente do seio da massa são tão, ou até mais, importantes que a ação orientada, bem dirigida. Desse modo, Rosa escreve no texto *A Revolução Russa*, acerca da relação entre as instituições partidárias e as massas, da participação no parlamento e como a revolução é sempre mediada pela presença da massa¹³²:

Todos esses exemplos mostram que “o pesado mecanismo das instituições [...]” encontra um corretivo poderoso exatamente no movimento vivo e na pressão constante da massa. E quanto mais democrática a instituição, quanto mais viva e forte a pulsação da vida política das massas, tanto mais imediata e precisa é a influência que exercem.

Quando a massa não participa do processo revolucionário, o socialismo corre o risco de ser um projeto de poucos, o que contradiz a essência do socialismo para Rosa. Ela escreve: “É preciso que toda a massa do povo participe. Senão o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais fechados num gabinete”¹³³.

¹³⁰ Idem. Ibidem.

¹³¹ Negt, 1984, p. 12.

¹³² Luxemburg, 1991b, p. 87.

¹³³ Idem, p. 92.

Para Luxemburg, o socialismo é, de um lado, um produto histórico, e, de outro, um produto que depende da ação humana. É do somatório desses dois aspectos que resulta a revolução. Não é nem instituída somente pelas determinações históricas e nem surge sem que seja fruto da ação das massas. Tentar atropelar esses processos é impor à sociedade um projeto falso. Nesse sentido, o socialismo só pode existir se for calcado na experiência viva. Rosa escreve¹³⁴:

O sistema social socialista não deve e nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, nascido na hora de sua realização, resultando do fazer-se da história viva que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, junto com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E assim sendo, é claro que o socialismo por sua própria natureza, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto.

Segundo Luxemburg, as massas são o centro do processo revolucionário, mas o que permite que elas se movam é a experiência viva, que ensina, que corrige os erros, que é capaz de ensinar à massa inculta o caminho da revolução. Assim como a natureza orgânica sempre encontra um modo de superar suas adversidades, a experiência encontra as soluções e os meios de resolver os problemas. E experiência para Rosa é a vida, a ação, a labuta do dia-a-dia, é estar presente no mundo e participar ativamente dele. Para Loureiro, a experiência é ponto crucial no pensamento político de Luxemburg. Ela escreve¹³⁵:

Em outras palavras, a vida englobando a experiência, a ação, a luta – processo dialético incluindo erros e derrotas –, constitui a “varinha mágica” permitindo às massas inconscientes, incultas, naturais, instintivas, classe em si, elevarem-se à consciência, à cultura, à razão, ou seja, tornarem-se classe para si, saírem da alienação.

A atividade política das massas é um pressuposto necessário para que elas tomem as rédeas do processo revolucionário e com isso possam ser capazes de construir uma sociedade baseada numa democracia substantiva. Assim, a tática

¹³⁴ Idem. Ibidem.

¹³⁵ Loureiro, 1995, pp. 63-64.

socialista é produto da ação das massas, que, com os seus erros e acertos na prática, vão delineando os melhores caminhos. Rosa escreve¹³⁶:

Em suas grandes linhas, a tática de luta da social-democracia não é de modo algum “inventada”, mas é o resultado de uma série ininterrupta de grandes atos criadores da luta de classes experimental, freqüentemente elemental. Também aqui o inconsciente precede o consciente, a lógica do processo histórico objetivo precede a lógica subjetiva dos seus portadores.

Para Rosa Luxemburg, há uma totalidade entre a ação espontânea e as leis da história, ou seja, estrutura e conjuntura formam um todo único, em que uma e outra se influenciam mutuamente em direção ao socialismo. Uma das grandes contribuições do pensamento político de Luxemburg é valorizar o que a maioria dos seus companheiros de luta desvalorizava: a ação espontânea das massas. A base do seu pensamento dialético é unificar tanto as leis da economia e a história, como a ação espontânea criadora e as organizações de trabalhadores, sem que estas, com isso, deixem de desempenhar seu importante papel em função da espontaneidade pura.

A espontaneidade revolucionária no pensamento de Rosa é parte fundamental da sua concepção de socialismo democrático, mas ela não exclui a existência da organização. Movimento espontâneo é aquele que eclode sem a determinação de um comitê central. É um movimento de massas que acontece sem ordens ou determinações externas. A única lógica a qual ele obedece são as determinações históricas que impulsionam sua explosão. Assim foi com as greves de 1905 e também com o movimento revolucionário na Alemanha de 1918 e 1919. Nesse sentido, a espontaneidade revolucionária é um mecanismo útil contra a apropriação do movimento revolucionário por um grupo determinado. Para Rosa, a ação espontânea não se choca com a ação organizada, ao contrário, elas podem se complementar no processo revolucionário.

Podemos dizer, portanto, que em Luxemburg o socialismo é o objetivo final, mas não há, no seu pensamento político, um finalismo. Os problemas impostos ao socialismo devem ser resolvidos pela luta cotidiana. Não há um programa preestabelecido por uma organização partidária. Segundo Loureiro:

¹³⁶ Idem, p. 47.

[...] o socialismo como objetivo final *a priori* continua presente. Porém, num plano mais específico, diretamente político, não há finalismo, pois a autora afirma explicitamente não existirem respostas prévias, dadas de antemão por um programa, para os problemas práticos postos no dia-a-dia da criação do socialismo¹³⁷.

A sociedade socialista é, desse modo, algo que está para ser inventado, segundo Rosa Luxemburg. Não há uma fórmula pronta de como chegar e como construir o socialismo. Só há um indicativo de que a construção dessa nova sociedade deve ser produto da ação coletiva da maioria da massa oprimida. E, além disso, os meios de ação e os resultados da luta também são produtos dessa criação coletiva.

A revolução é, portanto, um processo profundamente democrático, segundo a concepção de Luxemburg. Faz parte de seu projeto básico reinventar a organização da sociedade, demolindo toda a estrutura institucional e criando outra mais adaptada às necessidades do mundo socialista. E se para isso for necessário reinventar o Estado, com novas instituições ou um novo parlamento, além de novas maneiras de produção, isto tudo faz parte da revolução socialista. Nesse contexto, Norman Geras comenta acerca da revolução em Rosa Luxemburg¹³⁸:

A revolução tem que destruir, demolir toda uma estrutura institucional elaborada que expropria política e economicamente as massas e tem que libertar todas as suas energias criativas numa obra que é por fim sua; uma obra que consiste – fato sem precedentes – em construir uma sociedade adequada aos seres humanos, por meio das suas próprias organizações, dos seus próprios partidos, conselhos e Assembléias, dos seus próprios jornais e com a sua própria voz.

A revolução é, assim, o processo de construção de uma maneira completamente nova de se relacionar com o mundo público. Por isso o socialismo prefixado num programa específico, ou numa teoria preconcebida, a não ser em linhas bem gerais, não é válido. O socialismo de Luxemburg é a ruptura com o

¹³⁷ Idem, p. 63.

¹³⁸ Geras, 1978, p. 208.

mundo antigo e a abertura para um mundo completamente novo. Para Geras, o socialismo de Luxemburg não pode ser dado¹³⁹:

Tem que ser conquistado pelo esforço dos trabalhadores para as necessidades dos mesmos trabalhadores – e nascerá desse esforço. É uma ruptura com o mundo, rumo a outro mundo, uma ruptura que (não precisaremos com certeza de o demonstrar) não pode ser límpida e pontual, porque será sempre prematura, por mais maduras que as circunstâncias estejam.

Revolução e democracia formam um só todo no pensamento político de nossa autora. A democracia no processo revolucionário aparece na concepção de partido de Rosa como um auxiliar da massa na revolução, na idéia de que a experiência é a fonte de vida da ação revolucionária da massa e principalmente na idéia de que não há fórmula alguma pronta capaz de ensinar à massa o caminho da revolução. Só a massa, num movimento constante e progressivo, pode encontrar as melhores saídas e as melhores opções. Durante a revolução alemã, os artigos e os discursos de Rosa apontavam nesse sentido. E desde cedo esta posição já transparecia em seu pensamento. Ela escreve em *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*¹⁴⁰:

Toda verdadeira grande luta de classe deve repousar no apoio e na colaboração das mais amplas massas, e uma estratégia da luta de classe que não conta com esta colaboração, não só estaria exclusivamente feita à medida dos manejos bem preparados de uma pequena parte do proletariado organizado, senão que estaria condenada por antecedência a um piedoso fracasso.

Além disso, outro aspecto do pensamento democrático de Luxemburg é a idéia de que a emancipação coletiva é também uma emancipação subjetiva. Para Negt: “É precisamente este *pathos* da emancipação subjetiva que perpassa todos os escritos de Rosa Luxemburg e marca tanto suas teorias sobre a solução do problema organizativo quanto sua concepção da greve geral”¹⁴¹.

¹³⁹ Idem. Ibidem.

¹⁴⁰ Luxemburg, 1970, p. 99.

¹⁴¹ Negt, 1984, p. 12.

Esta emancipação é para Rosa um processo em que cada trabalhador deve deixar de lado todo o universo de valores aprendidos diariamente na sociedade capitalista, valores como egoísmo, estupidez ou corrupção¹⁴², e desenvolver um novo universo de valores, em que os trabalhadores cooperam uns com os outros, dando base à sociedade socialista. Para dar vida ao socialismo é preciso adquirir certos “valores cívicos”, e na experiência viva de estar inserido num modelo democrático de base, cada trabalhador se torna capaz de ser participante do mundo público, e com isso se torna um indivíduo mais autônomo, ao mesmo tempo que caminha para a emancipação social.

Segundo Rosa, “a massa do proletariado é chamada não só a fixar claramente o objetivo e a orientação da revolução, mas é preciso que ela mesma, passo a passo, através da sua própria atividade, dê vida ao socialismo”¹⁴³. E a atividade da massa como meio de se construir o socialismo é também uma forma de cada trabalhador ir tomando contato com novos valores, necessários a esse novo modelo de sociedade. Luxemburg escreve: “Só pela sua própria atividade, pela sua própria experiência, pode a massa operária adquirir todas essas virtudes cívicas socialistas, assim como os conhecimentos e as capacidades necessárias à direção das empresas socialistas”¹⁴⁴. Desse modo, para Rosa, a emancipação social está em consonância com a emancipação subjetiva, e esse processo ocorre por meio da prática política democrática.

Além disso, podemos afirmar que a emancipação subjetiva é abordada por Rosa na defesa insistente do direito que cada um tem de preservar e expor sua opinião, por mais diversa que seja. A liberdade de expressão, entendida não somente como capacidade de comunicação, mas, como descreve Claude Lefort, como a capacidade de “sair de si mesmo e ligar-se aos outros pela palavra, pela escrita, pelo pensamento”¹⁴⁵, é para Rosa um valor tão importante quanto a própria revolução.

Sem a garantia dos direitos fundamentais aos indivíduos, a revolução corre o risco de ser deturpada. Nesse aspecto a liberdade de expressão é fundamental. Ela é o termômetro da revolução, pois ao denunciar, ao expor publicamente e fomentar o debate permanente, os indivíduos têm uma via de acesso não só com o

¹⁴² Luxemburg, 1991a, p. 103.

¹⁴³ Idem, p. 102.

¹⁴⁴ Idem, p. 103.

¹⁴⁵ Lefort, 1991, p. 41.

poder instituído, mas um meio de troca de idéias constante entre eles. Uma vida social fervilhante é fundamental para o sucesso da revolução. Disso decorre a defesa de Luxemburg da liberdade de imprensa e de opinião, e a crítica à Revolução Russa de 1917¹⁴⁶, por justamente ter ignorado este aspecto.

Podemos afirmar, portanto, que Rosa faz a defesa, em certa medida, das liberdades democráticas. Este não é o seu objetivo principal, mas ao afirmar que a massa é a fonte da revolução, que o poder é produto da ação de massas, ao opor-se à idéia de um grupo dirigente centralizado e tomar partido favorável em relação a uma série de liberdades no processo revolucionário, ela faz, em última instância, concessão indireta ao indivíduo que age e pensa, e que por isso tem direitos fundamentais que devem ser preservados.

A revolução não pode sacrificar conquistas como a liberdade de opinião, de pensamento, o direito de exercer as crenças pessoais, quaisquer que sejam elas, etc. O socialismo de Rosa está imbuído de valores sem os quais não há como viabilizar uma sociedade justa e igual. É preciso que haja, segundo ela, algumas “garantias democráticas essenciais a uma vida política sadia e à atividade política das massas trabalhadoras”¹⁴⁷. Isto é, se para Rosa o socialismo é uma solução para realizar a justiça e a igualdade, então não pode haver discriminação, intolerância, violência ou qualquer valor que atente contra as noções de liberdade, justiça e igualdade.

As idéias democráticas de Luxemburg, de modo geral, aparecem ao longo dos seus textos políticos, em posturas contra as investidas autoritárias de seus companheiros. Em *A Revolução Russa*, Rosa nos apresenta esta idéia de modo mais evidente, com a defesa da liberdade de expressão, de associação e a insistência dela na necessidade de se manter naquele momento o debate público. Ela escreve: “Em contrapartida, é um fato patente, incontestável, que sem liberdade ilimitada de imprensa, sem possibilidade de se associar e de se reunir, a dominação de vastas camadas populares é totalmente impensável”¹⁴⁸.

De fato, para ela, o socialismo não pode ser sinônimo de opressão, seja esta de qualquer tipo. O socialismo é, primordialmente, um meio de libertação. Libertação do indivíduo perante as desigualdades, libertação dos trabalhadores em

¹⁴⁶ Luxemburg, 1991b, p. 90.

¹⁴⁷ Idem, Ibidem.

¹⁴⁸ Luxemburg, 1991b, p. 90.

relação às injustiças, libertação do indivíduo frente a qualquer grupo que imponha ou predetermine um meio de ação, um caminho, ou uma forma específica de poder.

Desse modo, o poder emanado pelo socialismo deve ser compartilhado com todos. Um poder em que cada indivíduo tenha acesso às esferas de decisão. E este acesso deve ser aberto e estruturado de maneira muito mais participativa que nas democracias burguesas, nas quais a participação se define pelo voto somente em períodos eleitorais. O poder para Rosa deve ser fruto de uma articulação popular, que faça que as camadas mais socialmente excluídas da sociedade possam compartilhar o poder. Nesse sentido, podemos compreender a insistência de Rosa na idéia de que o poder gerado pela revolução não pode ser um poder preestabelecido, mas sim um poder aberto, construído a partir de baixo, produto da criação coletiva das camadas populares. Ela escreve acerca das tarefas do socialismo:

A realização da sociedade socialista é a mais grandiosa tarefa que, na história do mundo, já coube a uma classe e a uma revolução. Esta tarefa exige uma completa transformação do Estado e uma completa mudança dos fundamentos econômicos e sociais da sociedade.

Esta transformação e esta mudança não podem ser decretadas por nenhuma autoridade, comissão ou Parlamento: só a própria massa popular pode empreendê-las e realizá-las.

A democracia para Rosa é, portanto, um ideal que perpassa todo o seu pensamento político. Não é para ela um objetivo tático, mas sim um valor substancial às suas concepções de política. Está no valor que ela deposita no poder das massas decidirem sobre si mesmas. É por isso que as idéias políticas de Rosa dão margem às experiências políticas mais diversas, como as greves de massa ou a experiência dos conselhos. Portanto, sua concepção de democracia é aquela que cria uma nova articulação entre os indivíduos e a comunidade, baseando-se na participação direta desses no universo político. É uma concepção de democracia muito mais radical que a democracia liberal.

Assim, suas idéias políticas podem contribuir para uma política da esquerda atual. Segundo Loureiro, seu legado pode ser aproveitado, hoje

principalmente, com relação à ampla possibilidade de relações políticas que a defesa da ação das massas permite. Ela escreve¹⁴⁹:

Em primeiro lugar, sua defesa da ação autônoma e da experiência das massas como o único meio de criar um *espaço público popular*, uma nova forma de articulação entre o indivíduo e a coletividade muito diferente do funcionamento das instituições nas democracias burguesas, onde os indivíduos são mônadas isoladas que entram em contato umas com as outras através do mercado.

Este *espaço público popular* pode ser realizado pelos conselhos, experiência política de que Rosa participou, ou por qualquer outra forma que ainda venha a ser inventada. O fundamental é que os indivíduos entrem em contato entre si de tal modo que eles sejam os personagens centrais da política e não meras mercadorias. Além disso, é necessário que cada indivíduo tenha a mesma capacidade de participação nas decisões, isto é, o mesmo peso político num universo em que as instituições estejam abertas e até mesmo sejam uma criação popular, e façam parte da vida de todos os cidadãos.

Portanto, as idéias políticas de Rosa Luxemburg são um conjunto de preceitos fundamentais para a sociedade se organizar contra a oligarquia. Queremos dizer que, seus pensamentos acerca da organização, da ação de massas e da revolução são, em última instância, indicação de um caminho que busca salvaguardar a sociedade das investidas autoritárias ou totalitárias de pequenos grupos, sejam políticos ou econômicos. Manter vivo o debate sobre o legado de Rosa é manter viva a possibilidade de a humanidade alcançar um regime político, econômico e social capaz de garantir justiça, igualdade e liberdade aos indivíduos e, deste modo, ser o caminho para a emancipação humana.

¹⁴⁹ Loureiro, 2005, p. 229.

EPÍLOGO

Compreender as idéias políticas de Rosa Luxemburg nos dias de hoje significa que algumas questões abordadas por ela não se perderam no tempo. De fato, seu trabalho teórico sempre esteve profundamente ligado às questões conjunturais que ela estava vivendo¹⁵⁰. No entanto, com a barbárie da ordem social capitalista se intensificando nas últimas décadas e a frustração de uma parcela da esquerda em relação aos seus partidos que ascenderam ao poder, justifica-se a retomada de algumas questões levantadas por Rosa há cem anos atrás.

Apesar de atualmente termos uma conjuntura política, econômica, social e cultural muito distante dos tempos em que nossa autora viveu, há algumas questões que tanto hoje como no tempo de Rosa permanecem em aberto. A construção de um modelo de socialismo democrático é uma delas. Apesar do abismo conjuntural entre a atualidade e os anos de Luxemburg, este tema ainda persegue e desafia as esquerdas.

No entanto, para alcançarmos melhor o significado da contribuição de Rosa, é necessário antes delimitarmos o campo em que trabalhar. Ou seja, precisamos definir a que esquerda estamos nos referindo atualmente, e quais os desafios e questionamentos enfrentados por ela, para então entendermos de que modo as idéias de Rosa podem contribuir.

O socialismo ao longo do século XX percorreu uma longa jornada, do triunfo no início do século, com a Revolução Russa, ao descrédito nos anos de 1990, de tal modo que se chegou a afirmar que o socialismo havia morrido. O próprio movimento operário internacional se transformou profundamente, pondo em xeque a noção de “classe operária” ou proletariado.

Os movimentos de esquerda ao longo de século XX foram profundamente marcados pela experiência da Revolução Russa. Em 1917, houve a materialização de um sonho para a esquerda mundial. De fato, podemos afirmar que a Revolução Russa foi um marco na história dos movimentos populares de esquerda. Porém, os caminhos por ela percorridos, como já havia advertido Luxemburg antes de todos, degeneraram no burocratismo e no autoritarismo. É claro que nem toda a esquerda concordou com os “descaminhos” da União Soviética, e desde seus primeiros anos de fundação sempre

¹⁵⁰ Isso decorre de sua atividade como jornalista e como revolucionária.

houve críticas e formas de resistência. Uma parte da esquerda mundial não aderiu à proposta do socialismo soviético, e permaneceu defendendo uma outra forma de socialismo mais democrática.

Porém, o fim da URSS, em vez de abrir espaço a outra proposta da esquerda, deu ao capitalismo o *status* de “vencedor histórico” e qualquer plano de esquerda era desqualificado, ou tido como atrasado. Segundo José Correia Leite¹⁵¹:

Sob os escombros do Muro de Berlim e da União Soviética jaziam, dizia-se, a história, as utopias, o trabalho regulamentado, os Estados nacionais. O capitalismo triunfara sobre o socialismo, tornara-se irreversível e garantiria à humanidade um futuro radiante. A promessa de que todos terminariam se integrando à sociedade de consumo e prosperariam sob democracias liberais em um mundo pacificado ecoava em uníssono pelas mídias cada vez mais onipresentes. Este pensamento único parecia invadir todos os poros da sociedade, dominar todas as instituições, excluir toda alternativa. Para ele, a esquerda tal como se formara no século XX tornara-se uma força do atraso e fora afastada da política mundial; só sobreviveriam aqueles que se modernizassem e passassem a considerar o mercado uma condição natural da humanidade.

De fato, o neoliberalismo¹⁵² deu uma nova face ao capitalismo atual. Desde meados da década de 1970, começaram as primeiras perseguições às conquistas sociais do pós-guerra, e, na década de 1980, o projeto neoliberal começou a ser implantado. A receita era bem simples: diminuir os gastos sociais e criar um exército de reserva de trabalho para quebrar o poder dos sindicatos. A meta do Estado deveria ser a estabilidade monetária, “com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego”¹⁵³.

Os governos Thatcher e Reagan, na década de 1980, iniciaram sua cruzada contra os trabalhadores, através do desemprego, do corte de direitos sociais e de reformas no Estado capitalista. O remédio surtiu efeito, e, em poucos anos, as idéias e políticas neoliberais ganharam o mundo. Começando pelo centro e se alastrando para a periferia do capitalismo, essas políticas tiveram um poder avassalador no desmonte do movimento operário em diversos países do mundo. A gota d’água para a esquerda mundial foi a queda do muro de Berlim e o colapso da União Soviética. A classe

¹⁵¹ Correia Leite, 2003, pp. 9-10.

¹⁵² A proposta neoliberal foi criada em Mont Pelérin, na Suíça, em 1947, por um grupo de intelectuais adversários do Estado de bem-estar social europeu e do *New Deal* americano. Ela ficou anos engavetada, até a eclosão da primeira crise do modelo econômico adotado no pós-guerra, em 1973. Segundo esta proposta, as raízes da crise “estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (Anderson, 1995, p. 10).

¹⁵³ Anderson, 1995, p. 11.

trabalhadora passou a não mais se reconhecer como tal. O neoliberalismo se impunha como única política possível, dando início no mundo à ditadura do pensamento único. A esquerda entrou numa crise sem precedentes.

Esta enfrentava um dilema: ou se integrava ao novo modelo neoliberal, como fez de fato parte dela, ou buscava uma nova linguagem pela qual pudesse se expressar. Esta linguagem estava sendo ensaiada desde o início dos anos de 1990, como a revolta zapatista em Chiapas, em 1994, as greves do serviço público francês, em 1995, ou a criação do grupo ATTAC, em 1998.

No fim do ano de 1999, ocorreram, na cidade de Seattle, enormes manifestações de rua durante uma reunião interministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Este fato foi considerado o ato fundador de uma nova era de manifestações anticapitalistas, que tinham como objetivo mais importante negar a mercantilização da esfera pública, praticada indiscriminadamente pelas políticas neoliberais. Como bem descreve Correia Leite¹⁵⁴:

Havia anos estava se desenvolvendo em vários países um movimento por justiça global, coalizão de uma série de movimentos, entidades, organizações e redes que lutavam contra o que chamavam, nos países de fala inglesa, de *corporate globalization* (globalização das corporações), ou que na França eram *altermundialistes* (por uma outra mundialização). Em contraposição às forças hegemônicas que impulsionavam a mercantilização de todas as esferas sociais, formara-se um movimento de movimentos que sustentava que “o mundo não é uma mercadoria” e que “o mundo não está à venda”. A globalização neoliberal fora, afinal, apresentada ao seu outro reprimido, ao fantasma capaz de assombrá-la, que sua propaganda chamaria pejorativamente de movimento “antiglobalização”.

A esquerda mundial ganha, enfim, uma nova face. Renovada, ela abarca desde movimentos de trabalhadores, partidos políticos, sindicatos, anarquistas, socialistas, até movimentos sociais dos mais diversos tipos, de mulheres, de camponeses, de homossexuais, de negros, pobres, ecologistas ou qualquer ator social que reivindique uma inclusão mais justa e igualitária na nova ordem mundial e um novo modelo de desenvolvimento¹⁵⁵. Há, portanto, uma espécie de síntese entre o movimento de trabalhadores mais tradicionais, representados principalmente pelas organizações sindicais e partidárias, e os movimentos sociais que vieram à tona a partir da década de 1960¹⁵⁶. Para Immanuel Wallerstein¹⁵⁷:

¹⁵⁴ Idem. Ibidem.

¹⁵⁵ Este novo rosto da esquerda mundial pode ser percebido nos Fóruns Sociais Mundiais, realizados periodicamente desde de 2001.

¹⁵⁶ Durante as décadas de 1960 e 1970, as críticas ao autoritarismo eclodiram, dando à esquerda uma face libertária, antiautoritária e antiburocrática (durante as mobilizações de 1968, manifestantes carregavam cartazes e imagens com dizeres de Rosa Luxemburg, revelando com isso uma identidade entre as questões levantadas naquele momento e as idéias democráticas de Rosa). Surgem, nesse período, novos

Ocorreu uma mudança radical no que se refere aos programas dos partidos e movimentos de esquerda entre 1960 e 1999. Em 1960, seus programas enfatizavam as estruturas econômicas. Pregavam a socialização, geralmente a nacionalização dos meios de produção, nas mais diversas formas ou graus. Falavam pouco, se é que falavam, de desigualdades que não fossem definidas em função da classe social. Hoje em dia, praticamente todos esses mesmos partidos e movimentos ou os seus sucessores sugerem maneiras de abordar as desigualdades de gênero, raça ou etnia.

A característica principal deste movimento é a diversidade. Esta vasta gama de pessoas reivindica não a tomada do poder, mas a construção de uma sociedade que respeite as particularidades de cada grupo. O lema do momento não é a revolução socialista, mas a construção de um mundo novo, mais justo, igual, democrático e cuja esfera de decisão seja acessível a todos. Nos Fóruns Sociais Mundiais, realizados em 2001, 2002, 2003 e 2005 em Porto Alegre, em 2004 em Mumbai (na Índia), e neste ano de 2006, em Caracas (Venezuela), em Bamako (Mali), e em Karachi (Paquistão), em períodos muito próximos, podemos perceber o aspecto inovador de parte da esquerda de hoje. Segundo Correia Leite, nesses momentos boa parte do movimento global se encontra e se articula de modo totalmente inovador: “Ele estabelece uma nova forma de fazer política, um espaço que tem como referência a idéia de rede, estruturada horizontalmente, e não a pirâmide hierárquica, de modo a reduzir os pontos de disputa e potencializar a dinâmica de encontro, diálogo e colaboração”¹⁵⁸. Serve, assim, não somente de encontro, mas também de fonte de experiências de uma nova maneira de se fazer política.

Ora, uma das características das políticas neoliberais é a dependência da esfera das decisões políticas da esfera econômica. Segundo François Houtart e François Polet, “a mundialização econômica preconizada pelo neoliberalismo vem necessariamente acompanhada pela degradação da democracia, que perde o seu sentido e sua credibilidade se não possibilita o progresso mundial”¹⁵⁹. E a democracia a que nos referimos é aquela “que permite às populações e aos grupos sociais subalternos

atores sociais, num tipo de organização distinto das organizações partidárias ou sindicais tão características até então. Entram em cena os movimentos sociais, reivindicando igualdade de gênero, raça, pondo na ordem do dia questões ecológicas etc. Esses movimentos reivindicavam em primeiro plano aquilo que os partidos comunistas e sindicatos tradicionais colocavam de lado, isto é, alguns aspectos culturais que interferiam também na formação e consolidação da sociedade socialista. Há, nas décadas de 1960 e 1970, uma espécie de atualização da pauta de reivindicações.

¹⁵⁷ Wallerstein, 2002, p. 33.

¹⁵⁸ Correia Leite, 2003, p. 12.

¹⁵⁹ Houtart e Polet, 2002, p. 35.

expressarem suas necessidades, suas aspirações aos diversos níveis da vida concreta”¹⁶⁰. Ou seja, a democracia torna-se cada vez mais excludente sob a égide neoliberal. O Estado no neoliberalismo representa cada vez mais os interesses do grande capital internacional, de tal forma que até mesmo parcelas da esquerda que chegaram ao poder foram cooptadas pela ideologia neoliberal.

Os movimentos populares de hoje entendem que democracia e mercado são elementos antagônicos, e a luta pela restauração da primeira implica a luta contra a instauração do segundo em cadeia mundial. Além disso, muitos movimentos sociais entendem que a democracia liberal não soluciona as reivindicações populares. Desse modo, os movimentos atuais defendem uma forma democrática que dê voz de maneira mais ativa às suas questões, entendendo que quanto maior for a participação das camadas populares no processo democrático, melhor será esta democracia. Nem que para isso seja necessário construir novas instituições ou novas formas de proporcionar a participação coletiva.

Assim, assistimos hoje à valorização dos movimentos sociais, de formas de organização em que as decisões são tomadas de baixo para cima, de formas autogestionadas de exercício do poder, especialmente no âmbito das iniciativas locais, ou seja, considerando as necessidades dos pequenos grupos que estão à margem ou estão nas camadas mais inferiores da sociedade, mesmo que isso seja feito à revelia do poder instituído. É este o sentido, por exemplo, da Sexta Declaração da Selva Lacandona, do EZLN, que propõe a construção de uma plataforma de luta popular feita pelas próprias massas populares ignorando o processo eleitoral que estava em andamento no México. O EZLN escreve nessa declaração:

Vamos ir escutar e falar diretamente, sem intermediários nem mediações com a gente simples e humilde do povo mexicano e, segundo aquilo que vamos escutando e aprendendo, construir, junto com essa gente, que é como nós, humilde e simples, um programa nacional de luta, mas um programa que seja claramente de esquerda, ou seja, antineoliberal, pela paz, democracia e liberdade para o povo mexicano.

E, com isso, segundo os zapatistas, não se estava desvalorizando a política, mas sim procurando uma nova maneira de se fazer política. Eles escrevem: “Estamos dizendo que a política não serve? Não, o que queremos dizer é que ESTA política não

¹⁶⁰ Idem, p. 70.

serve. E não serve porque não leva em conta o povo, não o escuta, e somente faz caso quando se aproxima a época de eleições”¹⁶¹.

Nesse sentido, Rosa Luxemburg pode ser entendida como fonte de inspiração tanto da “Otra Campaña”¹⁶² zapatista, como também de muitos outros movimentos anticapitalistas. A defesa de Rosa da autonomia das massas frente a partidos hierárquicos e burocratizados, ou às estruturas de poder que reprimiam a vontade das massas, vem ao encontro da defesa atual de uma forma de exercício do poder mais voltada para os interesses das camadas populares. Segundo Loureiro, “para Rosa Luxemburg, assim como para os movimentos sociais de nossa época, é da participação dos de baixo que vem a esperança de mudar o mundo. Não apenas aos políticos profissionais – mesmo os de partidos de esquerda – está reservada a grande missão transformadora”¹⁶³.

Desse modo, tanto para Rosa como para os movimentos populares atuais, a ação auto-emancipadora é fundamental. E esta ação pode ser organizada ou espontânea, desde que levada a cabo pelas amplas massas populares. Assim, segundo Loureiro, “essa idéia, ainda que com modificações, está na base dos movimentos sociais contemporâneos que vêm, por exemplo nos Fóruns Sociais Mundiais, a oportunidade de construir o que poderíamos chamar de um *espacio público popular*”¹⁶⁴.

Portando, tanto para Rosa como para os movimentos populares de hoje, a conquista somente do poder do Estado não é mais fator essencial para transformar a

¹⁶¹ EZLN, Sexta Declaração da Selva Lacandona.

¹⁶² Durante o processo eleitoral para presidente do México, neste ano de 2006, o EZLN percorreu o país inteiro, promovendo encontros com a população em geral, especialmente a população pobre, visando construir uma plataforma política capaz de atender às demandas das camadas mais pobres mexicanas. Esta campanha não tinha interesse eleitoral, e não fazia propaganda de nenhum candidato. Ao contrário, o que os zapatistas pretendiam mostrar, entre outras questões, era a ineficiência do processo democrático mexicano, e como ele não representava os interesses populares, nem mesmo os partidos de esquerda. Assim, não se pregava exatamente o voto nulo. Segundo o EZLN, a escolha do voto deve ser uma decisão pessoal. O que se pretendia mostrar era como o sistema político mexicano atual, com todas as suas instituições e partidos políticos, mesmo de esquerda, não representava mais a população do país. Com isso, o EZLN promovia indiretamente uma reflexão acerca da política institucional do México e de sua incapacidade de lidar com as questões de interesse popular. Em última instância, a “Otra Campaña” nos leva a refletir sobre os limites dos processos democráticos de hoje, baseados num sistema representativo eleitoral, em que a população só participa efetivamente no período de eleições, sendo obrigada a escolher entre propostas, sem que estas necessariamente representem seus anseios. O EZLN, de certo modo, incita uma parte dos movimentos de esquerda de hoje a questionar este modelo democrático liberal, apontando não para um regime de diminuição das liberdades, mas ao contrário, indicando que o exercício do poder pode ser compartilhado com todos de outra maneira, ainda mais democrática do que o modo pelo qual a política opera hoje.

¹⁶³ Loureiro, 2005, p. 37.

¹⁶⁴ Idem, p. 36.

sociedade. Embora ele possa ser útil na implementação de políticas que visem melhorar a vida dos trabalhadores em geral.

O fundamental, neste aspecto, é criar espaços públicos em que homens e mulheres tenham o poder de decidir de modo mais incisivo e direto o que querem para si, nem que para isso seja necessário subverter a ordem institucional do Estado vigente, e desta maneira fazer da política um instrumento de transformação real, que não se limita apenas às políticas sociais do Estado. A emancipação das camadas populares só pode ser produto de sua própria ação, criando-se uma ordem política mais adaptada às suas necessidades. Esta é a base da noção de democracia de Luxemburg, e também é esta idéia que está por trás de muitas reivindicações dos movimentos sociais de hoje.

Em outras palavras, o laço comum mais forte entre as idéias sobre o socialismo de Rosa e os movimentos sociais contemporâneos é a noção de que, para se construir uma sociedade mais justa, é preciso criar um modelo democrático que vise à autonomia, ou seja, uma forma de organização política em que o poder é compartilhado com todos, e não com grupos cujos interesses econômicos e políticos sejam prioritários. Dessa maneira, as estruturas hierárquicas e autoritárias de poder, isso inclui inúmeras organizações de esquerda, devem ser repensadas em favor de um modelo mais aberto e mais democrático.

Isso nos encaminha, enfim, para outra idéia de Luxemburg: a de que o socialismo não pode ser construído por decretos, nem conduzido por uma minoria, mas sim por uma transformação radical guiada pela ação autônoma das massas. Esta idéia é a base do novo modelo de socialismo, mais humano e mais democrático, buscado por partes da esquerda atual que não vêem mais no processo eleitoral, mesmo quando com disputas entre partidos de esquerda, a solução para mudar a sociedade. Nesse sentido podemos interpretar a frase de Walter Jens: “a humanidade de nossa sociedade também poderá ser medida pelo grau em que honramos a herança de Rosa Luxemburg”¹⁶⁵.

¹⁶⁵IN: Schütrumpf, 2006, p. 71.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.
- _____. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, Hannah. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Da Revolução*. São Paulo, Ed. Ática, 1988.
- _____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 2003.
- BADIA, Gilbert. *Les Spartakistes. 1918: L’Allemagne en révolution*. Paris, Julliard, 1966.
- BASSO, Lelio. *El Pensamiento Político de Rosa Luxemburg*. Barcelona, Ediciones Península, 1976.
- BOURDET, Yvon & GUILLERM, Alain. *Autogestão: Uma Mudança Radical*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.
- BRIE, Michael. “Prefácio”. In: LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: Os Dilemas da Ação Revolucionária*. São Paulo, Ed. Unesp/Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- BROUÉ, Pierre. *Révolution em Allemagne (1917-1923)*. Paris, Les Éditions de Minut, 1971.
- CAMPIONE, Daniel. “Rosa Luxemburgo. Pasado y presente em la inescindible articulación entre socialismo y democracia”. In: GAMBINA, Júlio; CAMPIONE, Daniel & RAJLAND, Beatriz (orgs.). *Pensamiento y Acción por el Socialismo. América Latina en el Siglo XXI*. Buenos Aires, Fundación Investigaciones Sociales y Políticas, 2005.
- CARONE, Edgard. *A II Internacional pelos Seus Congressos (1889-1914)*. São Paulo, Ed. Anita/Edusp, 1993.
- CASTORIADS, Cornelius. *Socialismo ou Barbárie. O Conteúdo do Socialismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

- COLLOTTI, Enzo. “La Alemanha de los Consejos”. In: GETARRAMA, Valentino *et al.* *Cuaderno Pasado y Presente*. México D.F., 1972.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2002.
- DROZ, Jacques. *História Geral do Socialismo. Vol. IV: Os Partidos Socialistas Europeus*. Lisboa, Livros Horizonte, 1972.
- ETTINGER, Elzbieta. *Rosa Luxemburg. Uma Vida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- EZLN. Ejército Zapatista de Liberación Nacional (2006). Contém informações institucionais, projetos, publicações e serviços. Disponível em <http://www.ezln.org.mx> . Acesso em 18 de setembro de 2006.
- FRÖLICH, Paul. *Rosa Luxemburg. Sa vie et son oeuvre*. Paris, François Maspero, 1965.
- GAMBINA, Júlio; CAMPIONE, Daniel & RAJLAND, Beatriz (orgs.). *Pensamiento y Acción por el Socialismo. América Latina en el Siglo XXI*. Buenos Aires, Fundación Investigaciones Sociales y Políticas, 2005.
- GERAS, Norman. *A Actualidade de Rosa Luxemburg*. Lisboa, Edições Antídoto, 1978.
- GETZLER, Isabel. “Outubro de 1917: O Debate Marxista sobre a Revolução na Rússia”. In: HOBSBAWM, E. *História do Marxismo*. Vol. V. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. *Consejos de Fábrica y Estado de Clase Obrera*. México D.F., Ed. Roca, 1973.
- GUÉRIN, Daniel. *Rosa Luxemburg e a Espontaneidade Revolucionária*. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1982.
- GUERRATANA, Valentino. “Consejos Obreros y Democracia Socialista”. In: *Cuadernos Pasado y Presente*, n. 33. Córdoba, 1972.
- HOLLOWAY, Jonh. *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*. São Paulo, Ed. Viramundo, 2002.
- HOUTART, François & POLET, François. *O Outro Davos. Mundialização de Resistências e Lutas*. São Paulo, Ed. Cortez, 2002.
- HOWARD, Dick. *Selected Political Writings of Rosa Luxemburg*. Londres, Monthly Review Press, 1971.
- KLEIN, Claude. *Weimar*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1995.
- KLEIN, Naomi. *Cercas e Janelas. Na Linha de Frente do Debate sobre Globalização*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2003.

- LEFORT, Claude. *Pensando o Político. Ensaio sobre Democracia, Revolução e Liberdade*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1991.
- _____. *A Invenção Democrática. Os Limites da Dominação Totalitária*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- LEITE, José Correia. *Fórum Social Mundial: A História de uma Invenção Política*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LÊNIN, V. I. *Que Fazer?* São Paulo, Editora Hucitec, 1978.
- _____. *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*. Moscou, Edições “Progresso”, 1984.
- _____. “Das águias e das galinhas”. In: VARES, Luiz Pilla. *Rosa, a Vermelha. Textos Escolhidos*. São Paulo, Ed. Busca Vida, 1988a.
- LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: Os Dilemas da Ação Revolucionária*. São Paulo, Editora Unesp, 1995.
- _____. *Rosa Luxemburg. Vida e Obra*. São Paulo, Expressão Popular, 1999.
- _____. *Rosa Luxemburg: Os Dilemas da Ação Revolucionária*. São Paulo, Ed. Unesp/Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo, Editora Unesp, 2005.
- _____. “El pensamiento y la acción de Rosa Luxemburg”. In: GAMBINA, Júlio; CAMPIONE, Daniel & RAJLAND, Beatriz (orgs.). *Pensamiento y Acción por el Socialismo. América Latina en el Siglo XXI*. Buenos Aires, Fundación Investigaciones Sociales y Políticas, 2005.
- LOUREIRO, Isabel Maria; LEITE, José Correia & CEVASCO, Maria Elisa. *O Espírito de Porto Alegre*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2002.
- LUKÁCS, G. “Rosa Luxemburg, marxiste”. In: *Histoire et Conscience de Classe*. Paris, Les Édition de Minut, 1960.
- _____. *História e Consciência de Classe*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURG, Rosa. *Oeuvres I*. Paris, Petit Collection Maspero, 1969a.
- _____. *Oeuvres II*. Paris, Petit Collection Maspero, 1969b.
- _____. *Huelga de Masas, Partido y Sindicatos*. México D.F., Editorial Grijalbo, 1970.
- _____. *Camarada e Amante. Cartas de Rosa Luxemburg a Leo Jogiches*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.
- _____. “A Crise da Social-democracia”. In: VARES, Luiz Pilla. *Rosa, a Vermelha. Textos Escolhidos*. São Paulo, Ed. Busca Vida, 1988a.

- _____. “A Ordem Reina em Berlim”. In: VARES, Luiz Pilla. *Rosa, a Vermelha. Textos Escolhidos*. São Paulo, Ed. Busca Vida, 1988b.
- _____. “O que Quer a Liga Spartakus?”. In: LUXEMBURG, R. *A Revolução Russa*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1991a.
- _____. *A Revolução Russa*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1991b.
- _____. *Questões de Organização da Social Democracia Russa*. In: LUXEMBURG, R. *A Revolução Russa*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1991c.
- _____. *A Crise da Social-democracia*. Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- _____. *Reforma ou Revolução?* São Paulo, Ed. Expressão Popular, 1999.
- _____. “Congresso de fundação do Partido Comunista Alemão (*Kommunistischen Partei Deutschlands*) de 30 de dezembro de 1918 a 1º de janeiro de 1919 em Berlim”. IN: LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: Os Dilemas da Ação Revolucionária*. São Paulo, Ed. Unesp/ Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MAGRI, Lucio. “Parlamentos o Consejos”. In: GETARRAMA, Valentino et al. *Cuaderno Pasado y Presente*. México D.F., 1972.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra 1997.
- MEIJER, H. Canse. *O Movimento dos Conselhos Operários na Alemanha (1918-21)*. Coimbra, Ed. Centelha, 1976.
- MOORE, Barrington. *Injustiça: As Bases Sociais da Obediência e da Revolta*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- NEGT, Oskar. “Rosa Luxemburg e a Renovação do Marxismo”. In: HOBBSAWM, E. *História do Marxismo*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1984.
- NETTL, J. P. *Rosa Luxemburg*. México D.F., Ediciones Era, 1974.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma Revolução Perdida. A História do Socialismo Soviético*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1995.
- SALVATORI, Massimo; MAGRI, Lúcio & GUETARRAMA, Valentino. *Conselhos Operários*. Coimbra, Ed. Centelha, 1975.
- _____. “A Social-Democracia Alemã e a Revolução Russa de 1905. O Debate sobre a Greve de Massa e sobre as ‘Diferenças’ entre Oriente e Ocidente”. In: HOBBSAWM, E. *História do Marxismo*. Vol. III. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1984.

- SCHÜTRUMPT, Jörn (org.). *Rosa Luxemburg ou o Preço da Liberdade*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2006.
- SLAVIN, Pablo. “Algunos dilemmas de la democracia actual bajo la visión de Rosa Luxemburg”. In: GAMBINA, Júlio; CAMPIONE, Daniel & RAJLAND, Beatriz (orgs.). *Pensamiento y Acción por el Socialismo. América Latina en el Siglo XXI*. Buenos Aires, Fundación Investigaciones Sociales y Políticas, 2005.
- STORLOKKEN, Tanja. “Mulheres em tempos sombrios: Rosa Luxemburg e Hannah Arendt”. *Revista Crítica Marxista*. Campinas, nº23, p. 111-128, 2006.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões sobre o Socialismo*. São Paulo, Ed. Moderna, 1986.
- _____. *A Revolução Russa*. Coleção Discutindo a História. São Paulo, Atual Editora, 1988.
- VARES, Luiz Pilla. *Rosa, a Vermelha. Textos Escolhidos*. São Paulo, Ed. Busca Vida, 1988.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “Uma Política de Esquerda para o Século XXI ou Teoria e Práxis Novamente?”. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Correia & CEVASCO, Maria Elisa (orgs.). *O Espírito de Porto Alegre*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2002.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra o Capitalismo. A Renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo, Editorial Boitempo, 2003.

